



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

**Edital de Pregão Eletrônico SRP nº. 08/2025 – ALEAC**  
**COMPRAS.GOV Nº. 90008/2025**

Torna-se público que a **Assembleia Legislativa do Estado do Acre**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.039.657/0001-13, com sede no Município de Rio Branco - AC, situada à Rua Arlindo Porto Leal, nº 241, Centro – CEP nº. 69.909-040, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, nos termos da Lei Complementar 123/2006, Lei nº. 14.133, de 01/04/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decretos Estaduais nº 11.363/2023 e nº 5.965/2010, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	568/2025
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Assembleia Legislativa do Estado do Acre
UASG nº:	928250
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRONICA
SRP:	(X) SIM ( ) NÃO
CRITERIO DE JULGAMENTO	(x) MENOR PREÇO POR ITEM ( ) MENOR PREÇO POR LOTE ( ) MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO
MODO DE DISPUTA:	(x) Aberto ( ) Fechado ( ) Aberto/Fechado
VALOR CARÁTER SIGILOSO:	(x) Sim ( ) Não
VALOR ORÇADO:	(X) Valor Estimado ( ) Valor Máximo Aceitável ( ) Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME / EPP / EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	(x) Sim ( ) Não
INTERVALOR MÍNIMO DE LANCES:	R\$ 00,05 (cinco centavos)
INVERSÃO DE FASES:	( ) Sim (x) Não
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV) <a href="http://www.comprasgov.br/compras">http://www.comprasgov.br/compras</a>
DATA DA ABERTURA	01/04/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA	10h30min



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

RETIRADA DO EDITAL	18/03/2026
SITES	<a href="https://www.compras.gov.br">https://www.compras.gov.br</a> ; <a href="https://www.al.ac.leg.br">https://www.al.ac.leg.br</a> no banner Portais + Transparência + Licitações; <a href="https://licitacoes.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes">https://licitacoes.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes</a>
PREGOEIRO (A):	Edilene Dulcila Soares
NOMEAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO:	Resolução n. 53/2026, de 27/01/2026, publicado no Diário Eletrônico Legislativo Ano XIII, nº 5225 de 02/02/2026, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio.
O Pregão será realizado pelo Pregoeiro acima designado, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio serão designados pela autoridade superior da ALEAC.	
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

## 1. DO OBJETO

**1.1.** Será objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para futura e eventual produção de serviços gráficos diversos tais como: confecção de livros de Registro, certificados e placas de homenagens, Materiais de divulgação, Camisas para eventos e outros, confeccionado sob encomenda, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre – ALEAC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.3.** Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – Catálogo de Materiais - CATMAT e as especificações constantes do Anexo I deste Edital, prevalecerão às do edital.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

**2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**3.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3.5.** Em cumprimento ao art. 48, inc. I, da Lei Complementar n. 123/2026, os itens desta licitação serão destinados à participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que tenha a participação de, no mínimo, 03 microempresas ou empresas de pequeno porte com a apresentação de proposta.

**3.6.** Caso não seja atendido este requisito previsto em lei, os itens deverão ser de ampla disputa, conforme a Lei Complementar n. 123, de 2006 e suas alterações.

**3.7.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e suas alterações.

**3.8. Não poderão disputar esta licitação:**

**3.8.1.** A empresa que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**3.8.2.** O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**3.8.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.8.4.** Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**3.8.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**3.8.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**3.8.7.** Pessoa Física ou Jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.8.8.** Agente público do órgão licitante;

**3.8.9.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**3.8.10.** Empresas estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

**3.9.** O impedimento de que trata o item 3.8.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**3.10.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.12.** O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.13.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**3.14.** A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

**4.1.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

**4.2.** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

**4.3.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.4.** Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. 148 do Decreto Estadual 11.363/2023.

#### **5. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**5.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**5.2.** O agente de contratação ou comissão de contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória, conforme art. 146, § 1º do Decreto Estadual n. 13.363/2023.

**5.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no email: [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com), ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo na Sede da Assembleia Legislativa, no endereço: Rua Arlindo Porto Leal, nº 241, Centro – CEP. 69.909.040, Rio Branco – AC, no Subsolo, na sala da Comissão de Contratação, de Segunda à sexta feira, no horário de 8hs às 14hs.

**5.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**5.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**5.4.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <https://www.gov.br/compras> e no site <https://www.al.ac.leg.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

**5.5.** Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

**6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**6.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**6.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**6.2.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**6.2.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**6.2.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**6.2.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.3.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seu art. 43, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- 6.3.1.** No item exclusivo para participação de microempresa e empresa de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.3.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.4.** A falsidade da declaração de que trata o item 6.2 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 6.5.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.6.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.7.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.8.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.8.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.8.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 6.9.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.9.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.9.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.10.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.11.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.12.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

<b>7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA</b>
--

- 7.1.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- a) está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções ou acordos coletivos de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
  - b) cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital e seus anexos;
  - c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
  - d) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal; cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas;
  - e) não possui fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública ou vedação de participação nesta licitação; e
  - f) se responsabiliza pelas transações que efetuar no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados por representante, e excluindo a responsabilidade do provedor do sistema, órgão ou entidade promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
  - g) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de dezembro de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021.
- 7.2.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, sob pena de desclassificação:
- 7.2.1.** Valor unitário e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.;
  - 7.2.2.** Marca do item licitado;
  - 7.2.3.** Quantidade, devendo respeitar o quantitativo para registro de preços.
- 7.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3.1.** O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao quantitativo previsto para contratação.
- 7.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.6.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- 7.6.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- 7.6.2.** As propostas de preços deverão ser informadas apenas com duas casas decimais após a vírgula.
- 7.6.3.** Os licitantes poderão retirar ou substituir sua proposta ou documentos complementares, ou modificar sua declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, a partir da data de publicação da licitação até o dia e horário de início da sessão pública.
- 7.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 7.8.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 7.9.** A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023.
- 7.10.** E demais exigência prevista no termo de referência – Anexo I.

**8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES**

- 8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2.** Após o horário de início da sessão pública, os licitantes não poderão inserir, retirar ou substituir a proposta ou os documentos complementares, anteriormente inseridos no sistema.
- 8.3.** A verificação da conformidade da proposta e eventual desclassificação será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.
- 8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.6.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/lote.
- 8.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, está disposto na página inicial deste edital.
- 8.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**8.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos **últimos 02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

**8.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**8.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**8.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**8.12.6.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.12.7.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.12.8.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**8.12.9.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**8.12.10.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**8.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**8.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.16.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **15 (quize) minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor inicial de sua proposta.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**8.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**8.19.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.19.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**8.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.19.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**8.20.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**8.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:**

- a)** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b)** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c)** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d)** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**8.20.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a)** Empresas estabelecidas no território do Estado do Acre;
- b)** Empresas brasileiras;
- c)** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d)** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**8.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**8.22.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.23.** Ao licitante é assegurado o prazo mínimo de **5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.

**8.24.** Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá prorrogar o prazo para aceitação da contra proposta.

**8.25.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**8.26.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**8.27.** Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>).

**8.28.** O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

**8.29.** O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no Modelo de Proposta de Preços, deste edital, **no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de desclassificação.

**8.30.** O prazo de que tratam o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

**8.31.** Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “**Anexar**”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

**8.32.** Confirmado o envio do anexo, o link “**Anexar**” do fornecedor passa a ter a função de “**Consultar**”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “**Anexo**” o link “**Convocado**”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “**Consultar**”.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**8.33.** Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com), dentro do prazo estabelecido.

**8.34.** Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

**8.35.** O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.

**8.36.** Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.

**8.37.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

<b>9. DA FASE DE JULGAMENTO</b>
---------------------------------

**9.1.** O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

**9.2.** O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

**9.3. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão a qualquer momento para realização de diligência junto a empresa provisoriamente primeira classificada.**

**9.4.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**9.4.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**9.5.** Será desclassificada a proposta que:

**9.5.1.** Contiver vícios insanáveis;

**9.5.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**9.5.3.** Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

**9.6.** As propostas apresentadas serão analisadas quanto à exequibilidade dos preços ofertados, de modo a garantir a viabilidade da contratação e a adequada execução do objeto, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**9.7.** Considerar-se-á inexequível a proposta que, comprovadamente, não possua viabilidade técnica ou econômico-financeira para a execução do objeto, ou que apresente valores manifestamente inferiores aos praticados no mercado.

**9.8.** Nos termos do art. 198 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, será considerado indício de inexequibilidade, no caso de bens e serviços em geral, o valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**9.9.** Constatado o indício de inexecuibilidade, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação realizará **diligência prévia**, para comprovar:

- a) que o custo do licitante ultrapassará o valor da proposta; e
- b) a inexistência de custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**9.10.** Na hipótese de o licitante ser instado a comprovar a exequibilidade da proposta, deverá apresentar, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, admitida prorrogação a critério da Administração:

- a) planilha detalhada de formação de preços;
- b) documentos comprobatórios de condições vantajosas (como economia de escala, inovação tecnológica, redução de custos administrativos, entre outros); e
- (c) demais elementos que demonstrem a viabilidade econômico-financeira da proposta.

**9.11.** A não apresentação de comprovação ou a manutenção de proposta manifestamente inexecuível implicará desclassificação do licitante, conforme art. 59, da Lei nº 14.133/2021.

**9.12.** Caso a justificativa seja aceita, o licitante assumirá integral responsabilidade pela execução do objeto nas condições propostas, não cabendo posteriormente alegar desequilíbrio econômico-financeiro.

**9.13.** Quando for solicitado a exequibilidade da proposta, o Pregoeiro ou a Comissão Permanente de Contratação poderá suspender a sessão para análise do setor demandante, o qual deverá emitir documento formal (nota técnica, parecer ou relatório), com base nos documentos enviados pela licitante, para subsidiar a decisão do pregoeiro quanto à aceitação ou recusa da proposta.

**9.13.1.** Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o Pregoeiro convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

**9.13.2.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**9.13.3.** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

**9.13.4.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **10.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- b) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**10.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Unificada da Fazenda Federal, compreendendo: Dívida Ativa da União, Quitação de Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias- INSS);
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a lei nº. 12.440/2011
- c) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativa ao domicílio ou sede do Licitante, da Dívida Ativa da Fazenda Estadual;
- d) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede do Licitante, relativa a tributos estaduais, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede do Licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;
- f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**10.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.
  - a.1) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o inciso I do Art. 69 da Lei 14.133/2021.
  - b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

d) Os documentos referidos no inciso I do caput do Art. 69 da Lei 14.133/2021, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**10.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Apresentar Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

a.1) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **Declaração de Disponibilidade dos Recursos Necessários para Execução do Objeto** - A empresa deverá declarar que dispõe de pessoal e equipamentos necessários para execução do objeto deste termo. A comprovação do teor desta declaração será exigida do vencedor da licitação como condição para a contratação.

c) E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital.

d) Os documentos necessários à habilitação quando estiverem desatualizados no SICAF ou, ainda, quando não estiverem nele contemplado, deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta de preços.

**10.2.** Os documentos necessários à habilitação quando estiverem desatualizados no SICAF ou, ainda, quando não estiverem nele contemplado, deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta de preços.

**10.3.** Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias corridos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

**10.4.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

**10.5.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das ME's e das EPP's será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

**10.6.** Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

**10.7.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**10.8.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), sob pena de inabilitação.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**10.9.** Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado deverá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

**10.10.** O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação da Licitante primeira classificada e a convocação dos demais licitantes, conforme ordem de classificação.

**10.10.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**10.11.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**10.12.** A veracidade da documentação será verificada pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**10.13.** Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com) dentro do prazo estabelecido.

**10.14.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

**10.14.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**10.15.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

**10.15.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação do proponente. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**10.16.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**10.17.** Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

<b>11. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO</b>
---

**11.1.** Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

**10.1.1.** A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

10.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - Complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e

III - Comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

10.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

10.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

10.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

10.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do agente de contratação ou comissão de contratação.

10.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

10.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada no sistema.

10.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

<b>12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</b>
---

**12.1.** A ARP será assinada no prazo de até 05 (cinco) dias após a homologação e adjudicação do objeto, ficando desobrigados os licitantes vencedores a procederem sua assinatura após esse prazo e, na hipótese de, dentro do prazo, a Administração convocar os vencedores e estes se recusarem, incidirão as penalidades pertinentes.

**12.2.** A Ata decorrente da presente licitação terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**12.3.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

**12.4.** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**12.5.** A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

**12.6.** A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.8.** 13.7. A ALEAC é o órgão gerenciador da ARP, competindo-lhe as competências discriminadas nos art. 305 a 307 do Decreto Estadual nº 11.363/2021.

**12.9.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, de acordo com o parágrafo único do art. 84 da Lei 14.133/2021.

**12.10.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**12.11.** Serão formalizadas Atas de Registro de Preços ou uma única ata para o registro de todos os itens ou grupos constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**12.12.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

**12.13.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**12.14.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**12.15.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**12.16.** Na hipótese prevista acima, o gerenciador da Ata de Registro de Preços convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no § 3º do art. 28 do Decreto Federal n. 14.462/2023.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**12.17.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**13.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**13.1.1.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**13.1.2.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**13.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**13.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**13.3.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**13.4.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**13.4.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**13.4.2.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**13.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**13.5.1.** Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**13.5.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**14. DOS RECURSOS**

**14.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer, no prazo de 10 (dez) minutos e em campo próprio do sistema, de forma imediata após o julgamento da proposta e da habilitação, sob pena de preclusão.

**14.3.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação via sistema.

**14.4.** Os demais licitantes ficarão intimados para, caso queiram, apresentar suas contrarrazões, em 3 (três) dias úteis, a partir da data final do prazo do recorrente, pela



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

mesma forma de apresentação do recurso, assegurada a vista dos documentos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.5.** As razões e contrarrazões dos recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**14.6.** A apreciação se dará em fase única; e

**14.6.1.** Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

**14.5.** O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento dos autos.

**14.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**14.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**14.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**14.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

**14.11.** A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

**15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**15.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

**15.1.1.** Determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

**15.1.2.** Revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

**15.1.3.** Anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

**15.1.4.** Adjudicar e homologar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

**16. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

**16.1.** Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação.

**16.2.** O prazo que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, desde que seja devidamente justificado e aceito pela Administração.

**16.3.** Na convocação serão consultados o CEIS e o CNEP, e será exigida a comprovação da manutenção das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas também durante a vigência do contrato.

**16.4.** Nas hipóteses de o adjudicatário se encontrar inidôneo ou impedido de contratar com a Administração Pública, não comprovar a manutenção das condições de habilitação, recusar-se a assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a análise da proposta e de eventuais documentos complementares, feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**16.5.** Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do item 16.3., a ALEAC, observando o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; e
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**16.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta.

**17.DA UTILIZAÇÃO DA ARP POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

**17.1.** A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Dec. Estadual 11.363/2023 e as demais condições previstas neste instrumento.

**17.2.** O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**17.3.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**17.4.** A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preços.

**17.5.** Cada órgão ou entidade da Administração Pública estadual poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual for integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observando-se os requisitos previstos neste artigo.

**17.6.** Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

**17.7.** Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual poderão aderir, na qualidade de não participantes, a atas de registro de preços gerenciadas pela Administração Pública direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, inclusive do Estado do Acre, e do Distrito Federal ou a atas de registro de preços gerenciadas por consórcios públicos formados por esses entes, condicionada à:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista neste Decreto;

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor; e

IV - previsão no respectivo edital ou na ata de registro de preços de quantitativo reservado à adesão por órgãos e entidades não participantes.

**17.8.** Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 335 do Dec. Estadual 11.363/2023:

I - as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e

II - a soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**17.9.** Exaurido o saldo destinado aos órgãos e entidades participantes, poderá ser solicitada ao órgão ou entidade gerenciadora a utilização do quantitativo passível de adesão, desde que haja concordância da detentora.

**17.10.** A utilização de saldo destinado à adesão somente poderá ocorrer após exaurido todo o saldo de órgãos e entidades participantes, considerando-se os quantitativos de itens ou lotes espelhados, salvo quando, justificadamente, houver necessidade de manutenção da uniformidade contratual.

**18. DO MODO DE GERENCIAMENTO DA ATA**

18.1. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados por meio de ferramenta de gestão de atas, quanto:

I - aos quantitativos e aos saldos;

II - às solicitações de adesão; e

III - ao remanejamento das quantidades.

**19. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

19.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

**20. DA SUBCONTRATAÇÃO**

20.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

**21. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO**

21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

**22. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO E CRITÉRIO DE REAJUSTE DO PREÇO**

22.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

**23. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**23.1.** Não se aplica.

**24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**24.1.** Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

**25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**25.1.** Os licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021, Decreto Estadual nº. 5.965/2010 e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**25.2.** Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

**25.3.** Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**26.1.** As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**26.2.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

**26.3.** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**26.4.** A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

**26.5.** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

**26.6.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**26.7.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**26.8.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**26.9.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**26.10.** Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

**26.11.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**26.12.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**26.13.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**26.14.** Em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a participação no presente certame pressupõe a aceitação de que os dados pessoais fornecidos pelos licitantes no decorrer do procedimento licitatório serão de conhecimento público, podendo ser divulgados em portais oficiais do Governo.

**26.15.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site <https://www.al.ac.leg.br>.

**26.16.** O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios: <https://www.gov.br/compras>; <https://www.al.ac.leg.br> no banner Portais + Transparência + Licitações;

**26.17.** O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

**26.18.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**Anexo I:** Termo de Referência;

**Anexo II:** Minuta da Ata de Registro de Preços;

**Anexo III:** Minuta de Minuta de Contrato;

**Anexo IV:** Modelo de Proposta de Preços;

**Anexo V:** Modelo de Declaração de Elaboração independente de proposta;

**Anexo VI:** Modelo de Declaração de Não Vínculo.

**Anexo VII:** Modelo de Declaração de Disponibilidade de Recursos e Pessoal.

Rio Branco- AC, 17 de março de 2026.

**João Ferreira de Araújo**

Membro da Comissão Permanente de Contratação



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA**

**1.OBJETO**

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para futura e eventual produção de serviços gráficos diversos tais como: confecção de livros de Registro, certificados e placas de homenagens, Materiais de divulgação, Camisas para eventos e outros, confeccionado sob encomenda, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre – ALEAC, estabelecidas neste termo de referência.

**1.2.** O objeto desta contratação é caracterizado como de natureza comum, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/21 e inciso XXXVIII, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 11.363/23.

**XIII.** Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (art. 6º, da Lei 14.133/21);

**XXXVIII.** bens ou serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (art. 2º do Decreto Estadual nº 11.363/23).

**1.3.** A licitação se dará por item, com os itens a seguir discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO MINIMA	UNID. MEDIDA	QUANT. ESTIMADA CONSUMO	QUANT. ESTIMADA REGISTRO	V. UNIT	V. TOTAL
01	<b>CONFEÇÃO DE LIVRO DE REGISTRO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS</b> , confeccionado em capa dura com papelão revestido, impressão colorida 4X1, capa e dorso com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC na capa, miolo em papel sulfite (gramatura de 90g) 1x0, pautado, tamanho: 23,5cm de largura, por 31cm de altura, contendo em cada folha: cabeçalho - número da sessão e data, cada folha deverá ser dividida em 4 partes: Pequeno Expediente com marcação de tempo de 50 minutos, com aproximadamente 10 linhas; Grande Expediente com marcação de tempo de 60 minutos, com aproximadamente 13 linhas, Ordem do Dia com 8 linhas e	Unid	01	20		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	Explicação Pessoal com 9 linhas, fonte: arial narrow, tamanho da fonte: 12, média de 140 folhas, numeradas sequencialmente, na parte superior direita.  Arte será disponibilizado posteriormente.					
02	<b>CONFEÇÃO DE LIVRO DE REGISTRO DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS</b> confeccionado em capa dura com papelão revestido, impressão colorida 4X1, capa e dorso com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC na capa, miolo em papel sulfite (gramatura de 90g) 1x0, tamanho: 23,5cm de largura, por 31cm de altura, contendo no cabeçalho sessão, número e data, a folha deverá ser divididos em 3 partes: superior com aproximadamente com 13 linhas; Na parte Central: duas colunas contendo as palavras PRÓ e CONTRA com aproximadamente 12 linhas cada coluna, fonte: arial narrow, tamanho da fonte: 12, média de 100 folhas, numeradas sequencialmente, na parte superior direita.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	01	20		
03	<b>CONFEÇÃO LIVRO DE REGISTRO DAS SESSÕES SOLENES DOS PARLAMENTARES,</b> confeccionado em capa dura com papelão revestido, impressão colorida 4X1, capa e dorso com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC na capa, miolo em papel sulfite (gramatura de 90g) 1x0, fonte: arial narrow, tamanho da fonte: 12, tamanho: 23,5cm de largura, por 31cm de altura, contendo no cabeçalho número da sessão e data, com linhas até o final da folha, média de 50 folhas,	Unid	01	20		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	numeradas sequencialmente, na parte superior direita.  Arte será disponibilizado posteriormente.					
04	<b>CONFEÇÃO LIVRO DE PROJETO DE LEI</b> , encadernado em espiral, capa em polipropileno na cor preta, com espessura 33mm, Folha de rosto em impressão colorida 4X0, com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC. Miolo em papel sulfite tamanho ofício, 75g, 1x1, fonte: arial narrow, tamanho da fonte: 12, cabeçalho em caixa alta contendo Identificação do Livro, número e ano, autoria e ementa, com aproximadamente 11 linhas, deverá constar os Dados de encaminhamento para as 13 comissões que compõem atualmente a Casa. Quantidade média de 230 folhas – frente e verso.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	01	20		
05	<b>CONFEÇÃO LIVRO DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR</b> , encadernado em espiral na cor encadernado em espiral, capa em polipropileno na cor preta, com espessura 129mm, folha de rosto impressão colorida 4X0, com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC, miolo em papel sulfite tamanho ofício 75g, 1x1, fonte: arial narrow, tamanho da fonte: 12, cabeçalho em caixa alta contendo Identificação do Livro, número e ano, autoria e ementa, com aproximadamente 11 linhas, deverá constar os Dados de encaminhamento para as 13 comissões que compõem atualmente a Casa. Quantidade média de 60 folhas – frente e verso.  Arte será disponibilizado	Unid	01	20		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	posteriormente.					
06	<b>CONFEÇÃO LIVRO DE VETO GOVERNAMENTAL</b> , encadernado em espiral na cor encadernado em espiral, capa em polipropileno na cor preta, com espessura, com espessura 12mm, folha de rosto em impressão colorida 4X0, com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC na capa, miolo em papel sulfite tamanho A4, 75g, fonte: Arial narrow, tamanho da fonte: 12, cabeçalho em caixa alta, contendo Identificação do Livro, número e ano. Quantidade média de 60 folhas – só frente.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	01	20		
07	<b>CONFEÇÃO LIVRO DE MOÇÃO</b> , encadernado em espiral na cor preta, com espessura 20mm, capa incolor confeccionado PPL (Polipropileno Line) + contracapa impressão colorida 4X1, com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC na capa, miolo em papel A4, fonte: arial narrow, tamanho da fonte: 12, cabeçalho e caixa alta, contendo Identificação do Livro, número e ano. Quantidade média de 120 folhas – frente. Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	01	20		
08	<b>CONFEÇÃO LIVRO DE EMENDAS</b> , encadernado em espiral na cor preta, com espessura 20mm, capa incolor confeccionado PPL (Polipropileno Line) + contracapa impressão colorida 4X1, com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC na capa, miolo em papel A4, fonte: arial narrow, tamanho da fonte: 12, cabeçalho e caixa alta, contendo Identificação do Livro, número e ano. Quantidade média de 100	Unid	01	20		





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	folhas – frente. Arte será disponibilizado posteriormente.					
09	<b>CADERNETA PERSONALIZADA</b>  Formato 144x88mm, capa dura revestida com Percalux, aplicação do logo em relevo seco (área máx. de relevo 100x100mm), guardas em papel Color Plus 180g/m <sup>2</sup> (cor 0x0). Miolo com pauta 80 folhas em papel sulfite 75g/m <sup>2</sup> , cor 4x0, miolo costurado com cantos arredondados e fechamento com elástico e marcador de cetim  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	100	5.000		
10	<b>BLOCO DE NOTAS PERSONALIZADO</b>  confecção de bloco de anotações personalizado com 50 folhas cada, nas dimensões: 15cm x 22cm.  folhas internas: em papel sulfite 75g, bloco tipo formulário impressão apenas frente, p/b. capa: color, papel couchê brilho 115g, em espiral plástico diâmetro de 009mm espessura de 1,5mm, na cor preta. arte e layout a definir conforme evento.	Unid	100	10.000		
11	<b>CALENDÁRIO DE MESA PERSONALIZADO,</b>  Formato 140x195mm, base em papel Triplex (375g/m <sup>2</sup> ) branco, uma lâmina de papel couché 150g/m <sup>2</sup> , seis lâminas em papel off-set 150g/m <sup>2</sup> , cor 4x4 Acabamento Wire-o.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	100	500		
12	<b>CREDENCIAL IMPRENSA PERSONALIZADA</b>  Formato 105x125mm, papel opalina 180g/m <sup>2</sup> , cor 4x0 Acabamento: corte.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	50	200		
13	<b>PASTA INSTITUCIONAL PERSONALIZADA,</b> Formato	Unid	200	5.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	440x310mm (aberto), papel couché 250g/m², cor 4x0, Acabamento: corte, laminação fosca, verniz UV localizado (marca institucional), vinco e duas orelhas para grampo na lateral esquerda.  Arte será disponibilizado posteriormente.					
14	<b>PASTA INSTITUCIONAL PERSONALIZADA COM BOLSA</b>  Formato 450x310mm (aberto) • cartão supremo 300g/m², cor 4x0. Acabamento: corte, bolsa interna colada 4x0, laminação fosca, verniz UV localizado e vinco.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid.	200	5.000		
15	<b>CAPA DE PROCESSO</b> – Formato aberto, medindo 33 x 48 cm, Tipo de papel: couché 240g/m². Impressão: offset com laminação em brilho, Fotolito de 300 dpi, Quantidade de cores: 4x0. Acabamento: uma dobra, perfurado, corte com cinco vinco refilado.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	3.000	15.000		
16	<b>CAPA DE TÍTULOS</b> , 4x0 cores, medindo 40x29cm, papel couchê 250g brilho, Impressão: offset com laminação em brilho, com 4 cantoneiras.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	500	3.000		
17	<b>CAPA DE TITULOS</b> , cores 4x0, medindo 32x22 cm, papel couchê 250g brilho, Impressão: offset com laminação em brilho, com 4 cantoneiras.  Arte será disponibilizado Posteriormente.	Unid	500	3.000		
18	<b>MOÇÃO DE APLAUSO</b> , cores 4x0, medindo 28x20,5 cm, papel A3 couchê 250g brilho, impressão a laser.  Arte será disponibilizado Posteriormente).	Unid	500	3.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

19	<b>TÍTULOS DE CIDADÃO BENEMÉRITO, MULHER CIDADÃ ACREANA, DEPUTADO EMÉRITO</b> , cores 4x0, medindo 28x20,5cm, papel A3 couchê 250g brilho, impressão a laser.  Arte será disponibilizado Posteriormente.	Unid	500	3.000		
20	<b>TÍTULO DE CIDADANIA ACREANA</b> , 4x4 cores, medindo 26x38cm, papel A3 couchê 250g brilho, impressão a laser.  Arte será disponibilizado Posteriormente.	Unid	500	3.000		
21	<b>CERTIFICADOS</b>  Confecção de certificado impresso em papel couchê fosco 250g frente e verso, tamanho A4, para conclusão de cursos, palestras, workshop realizados pela ALEAC e em parcerias.  Arte será disponibilizado conforme evento.	Unid	1.000	6.000		
22	<b>CONSTITUIÇÃO ESTADUAL</b> , capa papel couchê (gramatura de 250g) em cores 4X0, miolo papel sulfite (gramatura de 90g), fonte: Arial Narrow, COR: PRETA, tamanho da fonte: 11, Tamanho: largura 142mm x 198mm comprimento, quantidade aproximada de folhas 150 – frente e verso, acabamento colado, conteúdo que compõe o miolo e arte serão disponibilizados posteriormente.	Unid	500	5.000		
23	<b>REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE</b> , Capa em papel couchê (gramatura de 250g), em cores 4x0,miolo em papel sulfite (gramatura de 90g), fonte: Arial Narrow, tamanho da fonte: 11, Tamanho: largura 142mm x 198mm comprimento. quantidade aproximada de folhas 190 – frente e verso, acabamento colado, conteúdo que compõe o miolo e arte	Unid	500	5.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	serão disponibilizados posteriormente.					
24	<b>RECEITUÁRIO MÉDICO COMUM PERSONALIZADO</b>  Formato 14x21cm • papel sulfite (branco) 75g/m² • cor 4x0 (preto) • bloco de 100 Folhas Acabamento: refile, blocagem e cola.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Bloco	50	1.000		
25	<b>RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL PERSONALIZADO</b>  Formato 14x21cm • papel sulfite (branco) 75g/m² • cor 4x0 (preto) • bloco de 100 Folhas Acabamento: refile, blocagem e cola.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Bloco	50	1.000		
26	<b>ATESTADO MÉDICO PERSONALIZADO</b>  Formato 14x21cm • papel sulfite (branco) 75g/m² • cor 4x0 (preto) • bloco de 100 Folhas Acabamento: refile, blocagem e cola.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Bloco	50	1.000		
27	<b>AGENDA CAPA DURA PERSONALIZADA</b> , com a logomarca da ALEAC, impressa com laminação brilho, 4x0, tamanho 20x14 cm, miolo papel sulfite gramatura 90g, medindo 20x13,5 cm não personalizado com uma página para cada dia útil da semana e uma única página para sábado e domingo, 01 (uma) página para dados pessoais, 01 (uma) página para calendário, 06 páginas para agenda telefônica.  Arte da capa será disponibilizada posteriormente.	Unid	200	2.000		
28	<b>MARCADOR DE PÁGINA PERSONALIZADO</b> , em cores 4x4, Tamanho 18x5 cm, impressão dupla face (frente e verso) em papel couchê laminação brilho/fosco	Unid	200	2.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	gramatura 240g. Arte será disponibilizado posteriormente.					
29	<b>CANETA PERSONALIZADA</b> esferográfica de metal, com ponteira touch, Espessura da ponta: 0,7 mm (ponta média-fina), para escrita precisa e confortável, Área mínima de personalização: 3 cm x 1 cm, medida mínima de 13 cm. Tinta azul, cor a definir. Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	200	2.000		
30	<b>CANECA DE PORCELANA PERSONALIZADA</b> , gravação em sublimação, formato da caneca redondo, capacidade 300ml. Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	200	1.000		
31	<b>PLACA PARA PORTAS DE ENTRADA DE GABINETES PARLAMENTARES</b> formato 30cmx30cm, material em ACRILICO, com logomarca da instituição, número do gabinete, identificação do parlamentar, partido, sigla, número da legislatura. fonte Arial Narrow, tamanhos variados.	Unid	24	80		
32	<b>PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM BRAILE PARA PORTAS DE ENTRADA DE GABINETES PARLAMENTARES</b> formato 30cmx15cm, material em ACRILICO, número do gabinete, identificação do parlamentar, partido, sigla, número da legislatura.	Unid	24	80		
33	<b>PLACA PARA PORTA DE DIVISÕES OU DEPARTAMENTOS</b> formato 30cmx30cm, material em ACRILICO resistente, identificação do setor, fonte Arial Narrow, tamanhos variados.	Unid	80	120		
34	<b>PLACA DE IDENTIFICAÇÃO</b>	Unid	80	120		





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	<b>EM BRAILE PARA PORTA DE DIVISÕES OU DEPARTAMENTOS</b> formato 30cmx15cm, material em ACRILICO, número do gabinete, identificação do parlamentar, partido, sigla, número da legislatura.					
35	<b>PLACAS PARA PORTA DE SANITÁRIOS</b> formato 30cmx15cm, material em ACRILICO, com pictograma: Masculino, Feminino e Pessoa com Deficiente, na cor preta, vinil autoadesivo, inscritos também em braille.	Unid	20	40		
36	<b>PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM BRAILE PARA PORTA DE SANITÁRIOS</b> formato 30cmx15cm, material em ACRILICO.	Unid	20	40		
37	<b>MAPA TÁTIL PERSONALIZADO</b> MAPA TÁTIL: Em acrílico branco leitoso, medindo 450mmx600mm, com espessura mínima de 4mm, com representação de textos, pictogramas e linhas indicativas em relevo de 1,0 mm (PS na cor preto) e braille correspondente incrustado com esferas de inox, em atendimento da NORMA ABNT NBR 9050 de acessibilidade. Será fixado à base superior. Não deverá ter imperfeições nem apresentar instabilidade. Será fornecido planta do local ficando adaptação a cargo da empresa, sujeita a prévia autorização. <b>PEDESTAL:</b> Em aço preto com espessura mínima de 4 mm, altura total de 1120mm - base superior de 450mmx600mm com inclinação 15 graus (norma 9050) - base inferior quadrada de 340mm e altura mínima de 54mm, haste quadrada de 125mm, e altura de 960mm,	Unid	05	10		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	fixação de bolinhas de silicone para melhorar a fixação do pedestal no piso. O suporte deverá conter logomarca adesivada da ALEAC. Não deverá ser prevista fixação em piso.					
38	<p><b>CRACHÁ EM PVC PERSONALIZADO</b> – Dimensões: 85 x 55 mm, orientação vertical/retrato, em cores 4x4, Dados variáveis – Frente do crachá, acabamento; furo ovoide (parte superior central). Incluso cordão tecido poliéster na cor a definir, espessura 20mm, comprimento 85cm, modo de impressão frente e verso de forma aleatória, cor impressão branco ou preto, acabamento: fixador, trava de segurança.</p> <p>Arte será disponibilizado posteriormente.</p>	Unid	300	1.000		
39	<p><b>CHAVEIRO PERSONALIZADO</b> Quadrado, tamanho 5x5cm, em PVC 4mm de espessura, furo na parte superior lateral, argola em metal, com identificação do setor gravado na frente e numeração sequencial no verso. Cor a definir.</p>	Unid.	300	600		
40	<p><b>REVISTA</b> - formato 21 x 28cm (fechado) com capa em papel couchê brilho/fosco 230g, brochura, capa dura com papelão revestido, impressão colorida 4X4, Miolo com quantidade média de 100 páginas - em papel couchê 115g - (frente e verso). design personalizado e diagramação, revisão gramatical, ortográfica e editoração inclusa na proposta.</p>	Unid	1.000	10.000		
41	<p><b>FOLDER 2 DOBRAS-</b> formato 21x 29,7cm (aberto), impressão offset, cores 4x4, papel couchê brilho/fosco 150g. Arte será disponibilizada conforme evento.</p>	Unid	1.000	10.000		
42	<b>FOLDER 3 DOBRAS-</b> formato	Unid	1.000	10.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	21x 29,7 cm (aberto), impressão offset, cores 4x4, papel couchê brilho/fosco 150g. Arte será disponibilizada conforme evento.					
43	<b>BANNER PERSONALIZADO</b> - Produção gráfica de banner, medindo 140x200cm, impressão a laser, sobre lona vinílica, cores 4x0. sistema Roll Up – mola vai-e-vem, com estrutura alumínio anodizado-fosco, bolsa de transporte.  Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	10	500		
44	<b>BANNER PERSONALIZADO</b> - Produção gráfica de banner, medindo 90x145 m, impresso a laser, sobre lona vinílica, cores 4x0. Acabamento com duas hastes, uma em cada extremidade, suporte retrátil, estrutura de metal/alumínio.  Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	10	500		
45	<b>BANNER PERSONALIZADO</b> - Produção gráfica de banner, medindo 80x120 cm, impressão a laser, sobre lona vinílica, cores 4x. Acabamento com duas hastes, uma em cada extremidade, suporte retrátil, estrutura de metal/alumínio.  Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	10	500		
46	<b>ADESIVOS EM VINIL PERSONALIZADO</b>  impressos 4x0, com película protetora em verniz. (Uso externo). Com artes inclusas.  Arte será disponibilizada posteriormente.	M²	600	1.200		
47	<b>ENCADERNAÇÃO - CAPA DURA (CORES) COSTURADA A4</b>  Encadernação capa dura (cores) Costurada Gravação com letra Arial 22, cor a definir, Papel tamanho A4, até 300 folhas.	Unid.	500	2.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

48	<b>ENCADERNAÇÃO - CAPA PVC EM ESPIRAL A4</b> Capa inicial PVC transparente Fundo capa preta. Em espiral Tamanho documento A4, até 300 folhas por volume.	Unid.	500	2.000		
49	<del><b>MOLDURA PARA GALERIA DE PARLAMENTARES</b></del> <del>Material: MDF, Espessura da moldura: Forma: retangular, Vidro antirreflexo, Tamanho da moldura montada com vidro e foto: 70 cm de altura x 56 cm largura. Tamanho da foto e impressão: 64cm (altura) x 50cm (largura), a impressão da foto será de responsabilidade da empresa fornecedora do item, sendo a impressão em papel fotográfico, com alta resolução.</del> <del>Cores: preto e branco, conforme o solicitado pelo órgão demandante.</del> <del>Paspatur na cor preta, medindo 2 cm.</del> <del>Placa de identificação com o nome do parlamentar fixada na base da moldura inferior medindo 10 cm de largura x 2,5 cm de altura, em aço inox com nome e ano da legislatura. A empresa deverá incluir os custos com a fotografia (confecção e entrega), montagem das molduras, instalação, na parede da galeria da ALEAC, bem como de todos os acessórios que se fizerem necessários.</del>	Unid.	02	10		
50	<b>PLACA DE HOMENAGEM PERSONALIZADO</b> Confeccionada em aço escovado de 1mm, tamanho 18x14x3cm, com impressão direta UV em alta resolução, em cores 4x0, acompanhado de estojo em madeira com revestimento totalmente em tecido veludo preto ou similar.  Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	10	1.000		
51	<b>PLACA DE HOMENAGEM PERSONALIZADO</b> Confeccionada em aço escovado de 1mm, tamanho	Unid.	10	1.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	23x15x3cm, com impressão direta UV em alta resolução, em cores 4x0, acompanhado de estojo em madeira com revestimento totalmente em tecido veludo preto ou similar.  Arte será disponibilizada conforme evento.					
52	<b>PLACA DE HOMENAGEM PERSONALIZADO</b> confeccionada em aço escovado de 1mm, tamanho 37x27x3cm, com impressão direta UV em alta resolução, em cores 4x0, acompanhado de estojo em madeira com revestimento totalmente em tecido veludo preto ou similar.  Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	10	1.000		
53	<b>BACKDROP PERSONALIZADO</b> Descrição: Pannel de lona vinílica; acabamento de bainha reforçada e ilhós de 20/20cm; Tamanho: 4mx2m. Colorido 4x4 cores, conforme o Arte fornecida pela subsecretaria de Publicidade e Comunicação. Base em Material: Estrutura metálica. Acabamento: Zincado.  Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid	01	20		
54	<b>BACKDROP PERSONALIZADO</b> Descrição: Pannel de lona vinílica; acabamento de bainha reforçada e ilhós de 20/20cm; Tamanho: 3mx2m. Colorido 4x4 cores, conforme o Arte fornecida pela subsecretaria de Publicidade e Comunicação. Base em Material: Estrutura metálica. Acabamento: Zincado.  Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	01	20		
55	<b>BACKDROP PERSONALIZADO</b> Descrição: Pannel de lona vinílica; acabamento de bainha reforçada e ilhós de 20/20cm; Tamanho: 2mx2m. Colorido	Unid.	01	20		





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	4x4 cores. Arte será disponibilizada conforme evento.					
56	<b>CONVITE PERSONALIZADO</b> Confeccção convite 19,5x19,5cm, 4/0 cores, papel Aspen 250g, Serigrafia com relevo, Personalização de acordo com o evento, papel do envelope Color Plus Oxford 250 g/m², cor a definir, formato 20x20 cm. Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid	200	2.000		
57	<b>LEQUES PERSONALIZADOS</b> , medidas 19x19cm, 4x4 cores, Papel Couché brilho 210gramas. Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	10.000	30.000		
58	<b>LEQUES PERSONALIZADOS</b> , medidas 20x22cm, 4x4 cores, Papel Couché brilho 210gramas. Acabamento corte especial. Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	10.000	30.000		
59	<b>COLETE DE IDENTIFICAÇÃO PERSONALIZADO</b> Confeccionado 100% poliamida, na cor cinza, com detalhes de gola e mangas (aproximadamente 2cm), na cor preta, com forro telado em poliéster, na cor preta, sem elástico na cintura, nos tamanhos M, G e GG. Fechamento frontal em zíper, com detalhe de botão para reforçar o fechamento, personalizado com arte, na parte frontal superior esquerda logomarca da ALEAC e na parte de trás do colete: <b>"IMPrensa", "ASSESSORIA PARLAMENTAR" e "EQUIPE DE APOIO"</b> . Arte será disponibilizada posteriormente.	Unid.	30	260		
60	<b>CAMISETA PERSONALIZADA</b> Manga curta, gola V, cor branca, unissex, manga: curta, cor: variadas, tamanho: P, M,	Unid.	100	1.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	G e GG, material: malha PV (100% poliéster e 33% viscose).  Arte e estampa será disponibilizada conforme evento.					
61	CAMISA TIPO POLO PERSONALIZADA  confeccionada em malha piquet jacquard de algodão, aberta na parte superior (peitilho) sobreposto com 02 (dois) botões, manga curta com acabamento em retilínea canelada; cores: branca, preto, tamanhos: P, M, G, GG, XG. Bordada no lado esquerdo superior.  A logomarca será disponibilizada posteriormente.	Unid.	100	1.000		
62	Carimbo datador ou confere com o original; (com almofada embutida); tamanho padrão 43 mm; refil removível estrutura revestida em material plástico resistente	Unid	20	200		
63	Carimbo de ateste; (com almofada embutida); formato: retangular- medidas: 2,3 x 5,9 cm; refil removível estrutura revestida em material plástico resistente.	Unid	20	200		
64	Carimbo automático nº 10; auto entintado para personalização de textos (em branco, cópia, etc); com placa de comprimento de 27mm e largura de 10mm; cor preto; quantidade de caracteres 35 por linha com no máximo 4 linhas; estrutura revestida em material plástico resistente.	Unid	20	200		
65	Carimbo automático nº 20; auto entintado para personalização de textos; com placa de comprimento de 38mm e largura de 14mm; cor preto; quantidade de caracteres 35 por linha com no máximo 4 linhas; estrutura revestida em material plástico resistente.	Unid	20	200		
66	Carimbo automático nº 30; auto entintado para personalização de textos; com placa de 18mm x 47mm; cor	Unid	20	200		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	preto; quantidade de caracteres 40 por linha com no máximo 4 linhas; estrutura revestida em material plástico resistente.					
67	<b>TROCA DE BORRACHA PARA CARIMBOS AUTOMÁTICOS</b>	Unid	100	300		
68	Serviço de confecção de cópia de chave de carro codificada	Unid	10	100		
69	Serviço de confecção de cópia de chave pinatel	Unid	10	100		
70	Serviço de confecção de cópia de chave yale comum	Unid	20	200		
71	Serviço de chaveiro; troca de segredo/cilindro da fechadura	Unid	20	200		
72	WINDERBANNER – BIG FLAG. Material: Tecido poliéster, cores: sublimação: tamanho: 3,10 x 0,60, tipo: faca, pena, vela ou gota	Unid	01	30		
73	Placa pirulito de mão - Material: cabo medindo 2 metros (alumínio); placa: 60 CM diâmetro; forma: circular; placa em PVC; cores variadas conforme solicitação; Arte será disponibilizada conforme evento	Unid	01	30		
74	Placa pirulito de mão - Material: cabo medindo 45 cm (alumínio); placa: 45 CM diâmetro; forma: circular; placa em PVC; cores variadas conforme solicitação; Arte será disponibilizada conforme evento	Unid	01	30		
75	Placa pirulito modular de metal - Material: chapa e tubo redondo de ferro com pintura eletrostática; tamanho 1350mm, 35CM de diâmetro (pirulito), base 35CM de diâmetro. Cores variadas conforme solicitação; Arte será disponibilizada conforme evento	Unid	01	20		
76	Pasta Zip Zap PVC. Dimensões da Pasta 34,5 cm (comprimento) x 27cm (largura). Arte será disponibilizada posteriormente.	Unid	200	300		

OBS. Item 49 foi excluído, seguir a numeração dos itens conforme acima.

**1.4.** A ALEAC não estará obrigada a adquirir os quantitativos dispostos neste Termo de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

Referência, devendo adquirir os produtos de acordo com a sua necessidade;

**1.5.** Os materiais/produtos que não forem adquiridos imediatamente ficarão registrados em ATA para suprir qualquer eventualidade, quando necessário.

**2. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**2.1.** A modalidade utilizada para a escolha dos fornecedores será o **Pregão**, na forma **Eletrônica**, pelo **Sistema de Registro de Preços**, pelo critério de julgamento **Menor Preço por Item**.

**2.2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**2.2.1.** Aplica-se, ainda, os dispositivos da Lei nº 14.133/21, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores e, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas normativos, bem como no Decreto Estadual nº 11.363/2023 - que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Estado do Acre, e Decreto Estadual n. 5.965/2010, no que couber.

**3. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**3.1.** A proposta comercial deverá ser elaborada com a indicação dos valores unitários e totais para cada item da planilha de precificação detalhada, já contemplando tributos (federais, estaduais, municipais ou, em caso de transição tributária, o IVA Dual), custos diretos, custos indiretos, lucro, fretes, seguros e demais encargos. Será considerado vencedor o licitante que apresentar o menor preço unitário, **expresso com apenas duas casas decimais após a vírgula**, em conformidade com as características do objeto solicitado.

**3.2.** A proposta das licitantes deverá conter, além de todos os elementos mínimos exigidos no Edital, as seguintes informações:

- a) Nome da empresa e seu representante comercial, informando CNPJ e CPF;
- b) Endereço, e-mail, telefones de contato;
- c) Indicar a descrição dos produtos cotados, sob pena de desclassificação;

**3.3.** A proposta terá o prazo de validade de no mínimo de **90 (noventa) dias**.

**3.4.** Durante as fases de julgamento da proposta, o Pregoeiro, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, de acordo com o art. 236 do Decreto Estadual 11.363/2023.

**3.5.** **Reforçando o subitem 3.1, na apresentação das propostas deverá ser incluída planilha detalhada dos custos, de modo a assegurar a exequibilidade do preço e a transparência, evitando valores inexequíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.**

**4. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE**

**4.1.** Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, concedendo às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) o



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

direito de apresentar proposta de preço inferior à da melhor classificada, caso está não se enquadre como tal, observados os limites legais.

**4.2.** Persistindo o empate entre propostas ou lances, após a aplicação do referido tratamento, será adotada, de forma sucessiva, a ordem de critérios de desempate estabelecida no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, na seguinte sequência:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023)  
Vigência

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**4.3.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. DA JUSTIFICATIVA DE NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**5.1.1.** A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de material gráfico, sob demanda, com o intuito de atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Acre no desenvolvimento de suas atividades institucionais, administrativas e cerimoniais.

**5.1.2.** A produção e fornecimento de materiais gráficos personalizados — tais como placas de homenagem, convites, banners, backdrops, leques, faixas, cartazes, carimbos, folders, panfletos, camisas e coletes personalizados, entre outros — são essenciais para assegurar a adequada comunicação institucional, a padronização da identidade visual e o suporte à realização de eventos oficiais, campanhas educativas, sessões solenes, audiências públicas, ações administrativas e demais atividades do Poder Legislativo.

**5.1.3.** A contratação sob demanda justifica-se pela imprevisibilidade e variabilidade do consumo desses itens, que estão diretamente vinculados ao calendário legislativo e à dinâmica das atividades parlamentares, sendo inviável estimar com precisão o





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

quantitativo a ser adquirido em cada período. A adoção do Sistema de Registro de Preços permitirá maior eficiência, economicidade e flexibilidade, assegurando que os materiais sejam fornecidos conforme a real necessidade da Administração, evitando desperdícios, estoques excessivos e aquisições desnecessárias.

**5.1.4.** Portanto, a presente contratação revela-se imprescindível para garantir o pleno funcionamento das atividades da Assembleia Legislativa, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade, publicidade e interesse público que norteiam a Administração Pública.

## **5.2. DA UTILIZAÇÃO DO SRP**

**5.2.1.** A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação de empresa especializada no fornecimento de material gráfico sob demanda mostra-se a alternativa mais adequada à natureza e à dinâmica da demanda da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

**5.2.2.** Tal escolha fundamenta-se na variabilidade, imprevisibilidade do consumo dos materiais gráficos, os quais são utilizados conforme a realização de eventos institucionais, das atividades parlamentares, campanhas de conscientização e informativas, sessões solenes e demais ações administrativas. Como não é possível prever com exatidão o volume e a periodicidade das demandas, o SRP proporciona maior flexibilidade e planejamento, permitindo à Administração realizar aquisições conforme a real necessidade e conveniência, sem gerar estoques desnecessários ou desperdício de recursos públicos.

**5.2.3.** O Sistema de Registro de Preços apresenta ainda mais vantagens significativas para o atendimento dessas demandas, conforme descrito a seguir:

- a)** Possibilita a obtenção de preços mais vantajosos, por meio da competição em licitação prévia;
- b)** Evita múltiplos processos licitatórios para itens de mesma natureza, otimizando recursos operacionais e tempo da Administração;
- c)** Garante segurança jurídica, já que os contratos ou ordens de fornecimento serão formalizados apenas quando houver efetiva necessidade;
- d)** A prorrogação do prazo de validade da ARP, poderá ser acompanhada da renovação dos quantitativos inicialmente registrados, desde que seja vantajoso para a Administração.

**5.2.4.** O Sistema de Registro de Preços se mostra o instrumento mais eficiente para garantir o atendimento tempestivo e adequado das necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, ao mesmo tempo em que assegura racionalidade e controle dos gastos públicos.

## **5.3. JUSTIFICATIVA DE NÃO PUBLICAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP:**

**5.3.1.** A contratação em questão refere-se ao fornecimento de material gráfico personalizado e sob demanda, cuja utilização está diretamente vinculada à realização de eventos institucionais, atividades parlamentares e cerimoniais oficiais, cujas datas muitas vezes são definidas com pouca antecedência, o que exige celeridade na tramitação do processo licitatório.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**5.3.2.** Além disso, trata-se de uma demanda de natureza específica e localizada, voltada exclusivamente ao atendimento da Assembleia Legislativa, não havendo viabilidade técnica ou interesse identificado de outros órgãos ou entidades na adesão à futura Ata de Registro de Preços. Assim, a publicação da IRP não traria ganhos de escala ou economicidade que justificassem a postergação do certame.

**5.3.3.** Considerando que a contratação será utilizada somente por esta Casa Legislativa, e diante da especificidade das necessidades, da natureza do objeto e do planejamento interno próprio da Assembleia, não se vislumbra vantagem ou interesse público relevante na publicação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

**5.3.2.** Nos termos do art. 86, §1º da Lei nº 14.133/2021, a divulgação prévia da IRP poderá ser dispensada mediante justificativa da autoridade competente, quando não se identificar a possibilidade ou conveniência de atender a outros órgãos ou entidades por meio da ata de registro de preços.

**5.3.3.** Além disso, a não publicação da IRP não compromete a legalidade ou a transparência do processo, que seguirá todas as demais etapas e exigências da legislação vigente.

**5.3.4.** Diante de tais observações, não será publica a Intenção de Registro de Preços – IRP, sendo apenas realizada o cadastro junto ao sistema do Governo Federal: COMPRAS.GOV, nos termos da legislação vigente.

#### **5.4. DO ORÇAMENTO SIGILOSO**

**5.4.1.** Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração adotar o sigilo do valor estimado da contratação nos casos em que a sua divulgação possa frustrar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**5.4.2.** A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas de preços e lances ofertados gravitem em torno do orçamento fixado pela administração.

**5.4.3.** Quando os fornecedores conhecem o valor estimado da contratação dificilmente se dispõem a negociação com o Pregoeiro. A não divulgação do valor estimado amplia a disputa de lances e propicia-se melhores propostas para administração.

**5.4.4.** A não divulgação do valor estimado motiva os licitantes a analisarem sua estrutura de custos, logística, prazos de entrega, para daí elaborarem suas propostas dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

**5.4.5.** Desta forma e por todo justificado, informa aos Licitantes que o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas na Planilha Orçamentária – Quantitativo.

#### **6. DA VEDAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIOS**

**6.1.** A presente contratação tem por objeto o fornecimento de material gráfico personalizado, sob demanda, abrangendo desde itens simples com especificações técnicas e visuais de mercado e padronização de qualidade.

**6.2.** Dessa forma, justifica-se a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio, com base nos seguintes fundamentos:

**a)** A contratação não envolve objeto de grande vulto ou complexidade técnica que justifique a formação de consórcios;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**b)** A contratação requer responsabilidade única e direta do fornecedor, sendo incompatível com a divisão de responsabilidades ou execução conjunta por empresas distintas;

**c)** A gestão contratual seria excessivamente onerosa e burocrática com a participação consorciada, dificultando o controle da execução e o cumprimento dos prazos e padrões exigidos.

**7. DA EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE ME E EPP**

**7.1.** Os itens com estimativa de preços orçados até R\$ 80 mil reais serão destinados à participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadrem nas exigências de direito de preferência de que trata o Art. 48, Inciso I, da Lei Complementar nº. 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº. 147/2014);

**7.2.** Para cada item especificado deverá haver a participação, no mínimo, de 03 microempresas ou empresas de pequeno porte com apresentação de proposta. O não atendimento à condição acima caracterizará o descumprimento do disposto no art. 49, inciso II da Lei Complementar nº. 123/2006, tornando o item de ampla disputa.

**8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**8.1. DOS REQUISITOS TÉCNICOS:**

**8.1.1.** As empresas contratadas deverão atender as exigências constantes no Termo de Referência, quanto à:

**a)** Tipo de papel para impressão: papel offset, couchê, gramatura, fonte e tamanhos estabelecidos, conforme a natureza de cada item;

**b)** Tintas com boa fixação e sem transferência, de baixo impacto ambiental;

**c)** Resolução de impressão;

**d)** Qualidade de acabamento, conforme tipo de encadernação ou dobra solicitada (espiral, brochura, grampeado, vinco, laminação etc.);

**e)** Dimensões e tiragens conforme especificações do item;

**f)** Material a serem confeccionadas as peças: Acrílico cristal, metal, MDF laqueado ou vidro, conforme modelo solicitado;

**g)** Acabamento: Corte a laser, gravação a laser ou impressão UV, com suporte/base quando aplicável.

**h)** Atendimento a tamanhos, tipo de resolução;

**i)** Personalização: Nome do homenageado, brasão/logomarca da instituição, mensagem institucional, data.

**j)** Material das camisas e coletes e modelos: Tecido algodão, poliéster ou PV (poliéster + viscose), gramatura, conforme finalidade;

**k)** Tamanhos;

**l)** Tipos de carimbos, tamanhos, base, texto solicitado, cor da tinta, recarregável com almofada embutida;

**m)** Fidelidade à arte final enviada pela contratante;

**n)** Os materiais deverão respeitar as normas de identidade visual da instituição;

**o)** Todos os produtos deverão ser entregues dentro do prazo estipulado e em embalagem adequada, garantindo integridade durante o transporte.

**8.1.2. PERSONALIZAÇÃO** - Os materiais deverão ser entregues com logomarca da instituição, elementos de identidade visual, e, quando necessário, informações específicas de campanhas, editais ou unidades administrativas.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**8.1.3. APROVAÇÃO DE PROVA GRÁFICA / AMOSTRAS**

- a) A contratada deverá apresentar **prova digital ou física (boneca)** para aprovação antes da produção em escala;
- b) A impressão definitiva somente poderá ser iniciada após a aprovação formal da contratante.

**8.1.4. GARANTIA DE QUALIDADE E REIMPRESSÃO**

- a) A contratada deverá garantir a integridade e qualidade dos materiais entregues;
- b) Caso haja erro de impressão, defeitos de acabamento, danos no transporte ou divergência com a arte aprovada, a empresa deverá reimprimir e substituir os materiais sem ônus.
- c) Garantia mínima contra defeitos de fabricação de 90 dias, após a entrega definitiva.
- d) Reposição imediata de itens com defeito ou danificados no transporte.

**8.2. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

**8.2.1.** O objeto da presente contratação deverá ser entregue na Coordenadoria de Patrimônio e Material, na Sede da ALEAC, no município de Rio Branco – AC, no endereço Rua Arlindo Porto Leal, nº 241, Bairro Centro, CEP 69.909-040, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Entrega dos materiais, podendo a ordem de entrega ser encaminhada, inclusive por e-mail.

**8.2.2.** Os itens (01 A 58) que necessitam de impressão e acabamento dos exemplares, será feito sob o acompanhamento e supervisão de servidor da ALEAC, do setor corresponde da demanda, designado para aferição do conjunto de requisitos exigidos.

**8.2.3.** Antes da impressão total dos exemplares, o fornecedor deverá disponibilizar à ALEAC 1 (uma) "boneca" (por título), o qual, deverá ser aprovado e liberado pelo servidor da ALEAC designado para esse fim.

**8.2.4.** Em caso de não aprovação, a gráfica terá que realizar as correções solicitadas.

**8.2.5.** Após aprovação e liberação do servidor responsável pela solicitação, a tiragem total solicitada será impressa.

**8.2.6.** O prazo para entrega da "boneca" será de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento do arquivo digital e autorização de fornecimento.

**8.2.7.** Concluído a fase de impressão e acabamento do produto, a contratada entregará à ALEAC, às suas expensas, o material definitivo, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da solicitação.

**8.2.8.** Os serviços, que por ventura, forem mal executados, terão que ser corrigidos e todas as despesas correrão por conta e risco do fornecedor.

**8.2.9.** A especificação do material que será utilizado poderá ser alterada, mediante consulta e autorização do servidor designado da ALEAC, desde que seja de qualidade superior ou similar e não altere o valor do item contratado.

**8.2.10.** Deve-se observar o prazo para a execução da arte, nos aspectos de finalização, diagramação e editoração. Caso necessário, poderá haver negociação de ambas as partes propondo o mais adequado à ALEAC para produção do material solicitado.

**8.2.11.** Os produtos entregues que não estiverem dentro das especificações deverão ser substituídos pela contratada, sem qualquer ônus à Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, contados a partir da comunicação do fato, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital.

**8.2.12.** Os itens 59, 60, 61 de produção de malharia (coletes de identificação, camisetas personalizadas e camisas tipo polo) deverão ser confeccionados **sob**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**demanda**, de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

**8.2.13.** A personalização (cores, tamanhos, logomarcas, inscrições e demais elementos gráficos) deverá seguir **rigorosamente o layout aprovado pela Administração**, o qual será disponibilizado após a emissão da Ordem de Fornecimento.

**8.2.14.** O prazo máximo para entrega dos itens de malharia personalizados será de **até 10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, acompanhada da aprovação final do layout pela Administração.

**8.2.15.** A entrega deverá ocorrer no local indicado pela contratante, devidamente acondicionados e identificados, correndo por conta da contratada todos os custos com produção, embalagem, transporte e descarga.

**8.2.16.** Os produtos serão submetidos à **verificação quantitativa e qualitativa**, quanto à:

- a) conformidade com o layout aprovado;
- b) tamanhos solicitados;
- c) qualidade do tecido;
- d) fidelidade das cores;
- e) acabamento e personalização.

**8.2.17.** Os itens que apresentarem defeitos de fabricação, falhas na personalização, divergência de tamanho, cores em desacordo, ou qualquer não conformidade com as especificações do Termo de Referência deverá ser substituídos integralmente, sem ônus para a Administração.

**8.2.18.** O prazo para substituição será de **até 03 (três) dias corridos**, contados a partir da notificação formal da contratada.

**8.2.19.** A substituição não ensejará prorrogação do prazo contratual, estando sujeita a aplicação de penalidades, caso não atendida no prazo estipulado.

**8.2.20.** A contratada será responsável pela qualidade dos materiais empregados e da personalização realizada, respondendo por vícios aparentes ou ocultos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, quando aplicável.

### **8.3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**8.3.1.** A contratação para fornecimento será feita de acordo com a necessidade definida pela ALEAC, conforme solicitação de ordem de entrega;

**8.3.2.** Nas solicitações deverão conter a indicação dos quantitativos necessários e da dotação orçamentária a fazer face às despesas;

**8.3.3.** Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

**8.3.4.** A empresa deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do material requisitado, não sendo permitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis;

**8.3.5.** Os materiais deverão ser acondicionados adequadamente em embalagens lacradas.

**8.3.6.** Os materiais serão recebidos nas seguintes condições:

a) **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação. Caso as especificações ou quantidades não estejam com as exigências mencionadas neste termo de referência, a contratada deverá substituir ou complementar, no prazo **máximo de 02 (dois) dias úteis**, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**b) Definitivamente**, em até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, mediante, “atesto” na nota fiscal/fatura, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

**8.3.7.** A empresa deverá realizar a troca dos materiais, sem ônus para a Contratante, que não cumprirem com as especificações e padrão de qualidade descritos neste termo de referência.

**8.3.8.** Ocorrendo falhas, a empresa Contratada deverá substituí-los sem ônus para a Contratante, **no prazo de 3 (três) dias corridos**, contados a partir da comunicação do fato.

## **9. DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Podendo assim o item contratado ser entregue de forma parcelada e conforme a necessidade.

**9.2.** Assim sendo, se considera possível adotar esta forma de aquisição parcelada, objetivando melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, considerando ainda que a divisão do objeto é tecnicamente possível e economicamente viável.

## **10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**10.1.** As despesas decorrentes da contratação almejada serão suportadas pelo Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Acre:

**Programa de Trabalho:** 1031229022430000

**Elemento de Despesa** – 33.90.39.00.00 e/ou 33.90.30.00.00.

**Fonte de Recursos** – 15000100 – RP

## **11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**11.1.** O pagamento do fornecimento do material de expediente e consumo será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa, a partir do recebimento do documento fiscal administrativo, compreendido nesse período a fase de ateste deste, o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

**11.2.** A emissão da ordem bancária ficará condicionada ao recebimento definitivo do objeto, após a conferência, aceitação e atesto do documento fiscal, bem como à comprovação da manutenção das condições de habilitação da contratada.

**11.2.1.** Para esse fim, a Administração realizará consulta prévia e obrigatória ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF e aos cadastros restritivos aplicáveis, a fim de:

a) verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, inclusive quanto ao recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias;

b) confirmar a inexistência de impedimento para contratar com o Poder Público, abrangendo, quando aplicável, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e a Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa)



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da legislação vigente e da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**11.3.** O documento fiscal deverá ser emitido em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, inscrita no CNPJ nº 04.039.657/0001-13, com sede na Rua Arlindo Porto Leal, 241 – Centro, Rio Branco/AC.

**11.4.** A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento

**11.5.** Na hipótese de rejeição do documento fiscal por erro ou incorreções, este será devolvido à contratada para as devidas correções e reapresentação. O prazo para pagamento será suspenso a partir da data da devolução do documento fiscal e retomado a partir da data da sua reapresentação devidamente corrigida, sem que isso implique qualquer ônus adicional para a Contratante.

**11.6.** Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$$EM = N \times VP \times I / 365$$

onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

**1.** **N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;**

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

**11.7.** Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Rua Arlindo Porto Leal n. 241, Centro, CEP n. 69.909-040, Rio Branco - AC, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

**11.8.** Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

**11.9.** A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

**11.10.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**11.11.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.12.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**11.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**11.14.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**11.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**11.16.** De conformidade com o Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que normatizou o SIAFIC, estabelecendo que todos os Poderes devem utilizar o Sistema Único de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e Controle, o licitante/contratado. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ/AC, que poderá ser feito por meio do endereço eletrônico: <http://sefaz.acre.gov.br>.

## **12. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### **12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidações respectivas;
- c) Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **12.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**12.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**12.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- 12.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 12.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 12.2.5.** Certidão Negativa ou Positiva com efeitos Negativa de Débitos com a fazendas: Estadual, Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 12.2.6.** Certidão Negativa referente a tributos com a Dívida Ativa do Estado do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 12.2.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 12.2.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 12.2.9.** A Licitante vencedora, para assinatura do Contrato, deverá apresentar a mesma documentação exigida na Licitação e manter-se regular durante toda a execução do contrato, demonstrando as certidões de regularidade a cada pagamento.

**12.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**12.3.1.** As licitantes deverão comprovar documentação de qualificação econômico-financeira, nos termos do Capítulo VI da Lei nº 14.133/2021, conforme abaixo:

**a)** Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

**a.1)** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

**b)** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme estabelece o inciso I do Art. 69 da Lei 14.133/2021.

**b.1)** O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

**c)** O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

**d)** Os documentos referidos no inciso I do caput do Art. 69 da Lei 14.133/2021, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**12.4. DA CAPACIDADE TÉCNICA:**





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

a) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

**b) Declaração de Disponibilidade dos Recursos Necessários para Execução do Objeto** - A empresa deverá declarar que dispõe de pessoal e equipamentos necessários para execução do objeto deste termo. A comprovação do teor desta declaração será exigida do vencedor da licitação como condição para a contratação.

**13. DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS- ARP**

**13.1A** ARP será assinada no prazo de até 05 (cinco) dias após a homologação e adjudicação do objeto, ficando desobrigados os licitantes vencedores a procederem sua assinatura após esse prazo e, na hipótese de, dentro do prazo, a Administração convocar os vencedores e estes se recusarem, incidirão as penalidades pertinentes.

**13.2.** A Ata decorrente da presente licitação terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**13.3. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.**

**13.4.** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**13.5.** A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

**13.6.** A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.7.** A ALEAC é o órgão gerenciador da ARP, competindo-lhe as competências discriminadas nos art. 305 a 307 do Decreto Estadual nº 11.363/2021.

**13.8.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, de acordo com o parágrafo único do art. 84 da Lei 14.133/2021.

**14.DA UTILIZAÇÃO DA ARP POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTES**

**14.1.** A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Decreto Estadual n. 11.363/2023 e as demais condições previstas neste instrumento.

**14.2.** O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão,





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**14.3.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**14.4.** A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preços.

**14.5.** Cada órgão ou entidade da Administração Pública estadual poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual for integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observando-se os requisitos previstos neste artigo.

**14.6.** Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

**14.7.** Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual poderão aderir, na qualidade de não participantes, a atas de registro de preços gerenciadas pela Administração Pública direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, inclusive do Estado do Acre, e do Distrito Federal ou a atas de registro de preços gerenciadas por consórcios públicos formados por esses entes, condicionada à:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista neste Decreto;

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor;

IV - previsão no respectivo edital ou na ata de registro de preços de quantitativo reservado à adesão por órgãos e entidades não participantes.

**14.8.** Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 335 do Dec. Estadual 11.363/2023:

I - as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e

II - a soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**14.9.** Exaurido o saldo destinado aos órgãos e entidades participantes, poderá ser solicitada ao órgão ou entidade gerenciadora a utilização do quantitativo passível de adesão, desde que haja concordância da detentora.

**14.10.** A utilização de saldo destinado à adesão somente poderá ocorrer após exaurido todo o saldo de órgãos e entidades participantes, considerando-se os quantitativos de itens ou lotes espelhados, salvo quando, justificadamente, houver necessidade de manutenção da uniformidade contratual.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA E CADASTRO RESERVA**

**15.1.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do caput do art. 15;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e

III - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**15.2.** O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**15.3.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do inciso II do caput antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido inciso.

**15.4.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o inciso II do caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29.

**15.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**16. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**16.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, nos termos do art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

**16.2.** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**17. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**17.1.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência das situações prevista na Lei 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023;

**17.2.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

**17.3.** Na hipótese de o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**17.4.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados no mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**17.5.** Na hipótese prevista acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observando-se o disposto no § 3º do art. 331 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

**17.6.** O órgão gerenciador não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 332 do Dec. 11.363/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

**17.7.** Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observando-se o disposto no art. 35 do Dec. 11.363/2023;

**17.8.** Conforme o art. 330 do Decreto Estadual nº 11.363/2021, na hipótese de o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite o cumprimento do compromisso.

**17.9.** Para fins do disposto no item acima, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**17.10.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 331, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**17.11.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no § 2º do art. 329 do Decreto Estadual 11.363/2023, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observando-se o disposto no § 3º do art. 321.

**17.12.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

332 do Dec. 11.363/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**17.13.** Na hipótese de comprovação do disposto acima, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**17.14.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observando-se o disposto no art. 340 do Dec. 11.363/2023.

**18. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**18.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando o fornecedor:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública sem justificativa razoável;
- III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 330; ou
- IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e

V - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

**18.2.** Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata de registro de preços enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**18.3.** O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**18.4.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observando-se a ordem de classificação.

**18.5.** Na hipótese de não haver cadastro de reserva ou não haver aceitação dos cadastrados, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova ata de registro de preços, observando-se os §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**18.6.** A negociação prevista no § 4º será limitada ao valor dos preços eventualmente revisados pelo órgão ou entidade gerenciadora.

**18.7.** O novo registro de preços não poderá vigorar por prazo superior ao remanescente de vigência da ata de registro de preços anterior, inclusive eventual prazo de prorrogação previsto originalmente na ata de registro de preços.

**18.8.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão ou entidade gerenciadora, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 329 e no § 4º do art. 330.

**19. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS EXTRAORDINÁRIOS**

**19.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**19.2.** O remanejamento de que trata o caput somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**19.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o item 19.1.

**19.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 336 do Decreto n. 11.363/23.

**19.5.** Para fins do disposto no item 19.1, competirá ao órgão ou entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**19.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades localizadas em municípios ou regiões distintas, com impacto sobre a execução do objeto, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observando-se as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**20. DO PRAZO DE ASSINATURA E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**20.1.** Após a homologação, o adjudicatário será convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação.

**20.2.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura, conforme estabelece o **capítulo V “duração dos contratos” da Lei nº 14.133/2021**.

**21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**21.1.** Deverá entregar o material na forma preceituada pelo termo de Referência, observadas as especificações técnicas, cumprindo inclusive a arte gráfica e condições comerciais especificadas neste anexo;

**21.2.** A empresa contratada ficará obrigada a trocar em até 3 (três) dias corridos os produtos que vier a ser recusado, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;

**21.3.** A Contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, mão-de-obra, necessário à boa e perfeita entrega dos produtos.

**21.4.** Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros;

**21.5.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus decorrente da execução do



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

contrato, especialmente os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre a prestação dos serviços, isentando o CONTRATANTE de eventual não observância das prescrições legais pertinentes;

**21.6.** Manter entendimento com ALEAC objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a entrega dos produtos;

**21.7.** Entregar os materiais nas condições e prazos estabelecidos seguindo orientações da ALEAC;

**21.8.** Comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre o objeto contratado;

**21.9.** Responsabilizar-se pela procedência, qualidade e entrega dos produtos;

**21.10.** Zelar pela perfeita entrega dos produtos, sanando as eventuais falhas, imediatamente após sua verificação;

**21.11.** Atender as determinações da fiscalização da ALEAC e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à entrega dos materiais;

**21.12.** Não transferir a outrem a totalidade do objeto do presente contrato, sendo proibida a subcontratação dos serviços que estão neste Termo;

**21.13.** Manter, durante a execução do contrato as condições de habilitação exigidas na licitação;

**21.14.** Refazer, sem custo para o CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, todo e qualquer procedimento, se verificada incorreção e constatado que o erro é da responsabilidade da CONTRATADA;

**21.15.** Comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente ou que impossibilite a execução do objeto deste instrumento;

**21.16.** Os produtos deverão ser entregues intactos, sem amassados, não danificados ou sem qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos;

**21.17.** Indicar o nome do preposto que responderá em nome da empresa durante a relação contratual;

**21.18.** Responder por quaisquer danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;

**21.19.** Responsabilizar-se pela exatidão do serviço, obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados, de comum acordo com a CONTRATANTE, todos os erros, vícios e falhas comprovadas nos trabalhos apresentados, mesmo após a execução final do serviço.

## **22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**22.1.** A Contratante deverá, a seu critério, e através de funcionário previamente designado, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do fornecimento do objeto contratado e do comportamento do pessoal da Contratada, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados, gestor e co-gestores do contrato;

**22.2.** Emitir Requisição para aquisição de materiais/serviços imediatamente, quando necessárias;

**22.3.** A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**22.4.** Acompanhar a entrega dos produtos e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

da responsabilidade da Contratada, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;

**22.5.** Fornecer as instruções necessárias à execução, entrega dos produtos e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços pactuados;

**22.6.** Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da contratada;

**22.7.** Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

**22.8.** Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

**22.9.** Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos.

**23. DA GARANTIA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**23.1.** Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

**24. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**24.1.** A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte.

**25. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**25.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual n. 11.363/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**25.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**25.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**25.4.** O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**25.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**26. GESTOR DO CONTRATO**

**26.1.** São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Decreto Estadual n. 11.363./2023:

I - Solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário;

II - Emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;

III - Indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- IV - Dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;
- V - Quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;
- VI - Acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato;
- VII - Analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;
- VIII - Observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro;
- IX - Decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública;
- X - Quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;
- XI - Analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;
- XII - Tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;
- XIII - Exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;
- XIV - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- XV - Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato;
- XVI - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- XVII - Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública;
- XVIII - Receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

## **27. FISCAL DO CONTRATO**

**27.1.** São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Decreto Estadual n. 11.363./2023:

- I- Prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - Juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

IV - Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

V - Informar ao gestor de contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

VI - Comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;

VII - Adotar as medidas preventivas de controle do contrato, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras;

VIII - Realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

IX - Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;

X - Determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

XI - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

XII - Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

XIII - Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

XIV - Emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;

XV - Verificar a correta aplicação dos materiais;

XVI - Requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XVII - Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XVIII - Propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades.

## **28. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**28.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei 14.133/2021.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**28.2.** A Contratada é obrigada, a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125, caput, da Lei 14.133/2021.

**29. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**29.1.** Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de 1 (um) ano contado da data-base vinculada à data do orçamento;

**29.2.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**29.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**29.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**29.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**29.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**29.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**29.8.** O reajuste será realizado por Termo Aditivo.

**30. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**30.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

**I** - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

**II** - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

**III** - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**IV** - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

**V** - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

**VI** - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

**30.2.** O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**I** - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

**II** - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

**III** - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

**IV** - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

**V** - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**30.3.** As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 19.2 deste Instrumento observarão as seguintes disposições:

**I** - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

**II** - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

**30.4.** Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**30.5.** A extinção do contrato poderá ser:

**I** - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**II** - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

**III** - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**30.6.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**30.7.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

**I** - devolução da garantia;

**II** - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

**III** - pagamento do custo da desmobilização.

**30.8.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**I** - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

**II** - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

**III** - execução da garantia contratual para:

**a)** ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

**b)** pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

**c)** pagamento das multas devidas à Administração Pública;

**d)** exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

**IV** - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**30.9.** A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item acima ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

**30.10.** Na hipótese do inciso II do item 29.8, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da Mesa Diretora da ALEAC.

### **31.SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**31.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**31.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV) Multa:

a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

**31.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

**31.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**31.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021)

**31.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**31.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**31.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**31.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):**

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**31.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

**31.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**31.12.** Caso haja sanções administrativas específicas relativas ao objeto pretendido, o setor demandante deverá descrevê-las nos itens abaixo, em observância ao art. 94, inciso XXVI, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

## **32. DOS CASOS OMISSOS**



Assembleia Legislativa do Estado do Acre  
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 Centro - CEP  
69909-040 - fone (68) 3213 4000  
e-mail: [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com)





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**32.1.** A execução do Contrato, bem como os casos omissos serão regulados pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições do Direito Privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133, de 2021.

**33. DA PUBLICAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**33.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, e em cumprimento da Resolução TCE/AC n. 129/2024 – LICON, contados da data de sua assinatura.

- 20 (vinte) dias úteis.

**34. DO FORO**

**34.1.** Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**35. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**35.1.** O presente Termo de Referência foi elaborado pela Subsecretaria de Patrimônio, Material e Serviços da ALEAC, em cumprimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 11.363/2023, em estreita consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração.

**36. ENCAMINHAMENTO**

**36.1.** Diante do exposto, submete-se o presente Termo de Referência à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa para aprovação.

À superior consideração, com vistas à aprovação.

Rio Branco - Acre, 28 de fevereiro de 2026.

**Elaborado por:**

**Robson Marreiros**

Subsecretário de Patrimônio, Material e Serviços

**Aprovado por:**

**Solônidias Nascimento Maia**

Secretário Executivo Adjunto Administrativo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. \_\_\_\_/2026.  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N. 08/2025.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 568/2025.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Legislativa do Estado do Acre, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.039.657/0001-13, situada nesta cidade, na Rua Arlindo Porto Leal, n. 241, Centro, neste ato representada por sua **MESA DIRETORA**, composta pelo **Deputado .....**, **Presidente**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AM, inscrito no CPF/MF sob o n. ....; **Deputado .....**, **Primeiro Secretário**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AC, inscrito no CPF/MF sob o n. ....; e **Deputado.....**, **Segundo Secretário**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AC, inscrito no CPF/MF sob o n. ...., residentes e domiciliados nesta cidade, doravante denominada **ORGÃO GERENCIADOR**, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, nos termos das normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual n. 11.363/2023, Decreto Estadual n. 5.965/2010 e demais normas aplicáveis, em conformidade com as disposições a seguir

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada para futura e eventual produção de serviços gráficos diversos tais como: confecção de livros de Registro, certificados e placas de homenagens, Materiais de divulgação, Camisas para eventos e outros, confeccionado sob encomenda, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre – ALEAC, especificado(s) no Termo de Referência, anexo I do edital Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 08/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, constam no encarte da Ata – Anexo II-A.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FORNECEDORES**

**a)** Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n. ...., com sede na.....n. ...., Bairro ....., CEP....., na cidade de Rio Branco-Acre, telefone: (68) .....,representada pelo(a) senhor(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/\_\_\_\_, inscrito(a)no CPF/MF sob o n. .... residente e domiciliado(a) em .  
.....

**b)** Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n. ...., com sede na.....n. ...., Bairro ....., CEP....., na cidade de Rio



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

Branco-Acre, telefone: (68) .....,representada pelo(a) senhor(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/\_\_\_\_, inscrito(a)no CPF/MF sob o n. .... residente e domiciliado(a) em .  
.....

**c)** Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n. ...., com sede na.....n. ...., Bairro ....., CEP....., na cidade de Rio Branco-Acre, telefone: (68) .....,representada pelo(a) senhor(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/\_\_\_\_, inscrito(a)no CPF/MF sob o n. .... residente e domiciliado(a) em .  
.....

**d)** Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n. ...., com sede na.....n. ...., Bairro ....., CEP....., na cidade de Rio Branco-Acre, telefone: (68) .....,representada pelo(a) senhor(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/\_\_\_\_, inscrito(a)no CPF/MF sob o n. .... residente e domiciliado(a) em .  
.....

**e)** Fornecedor -.....: inscrita no CNPJ/MF sob o n. ...., com sede na.....n. ...., Bairro ....., CEP....., na cidade de Rio Branco-Acre, telefone: (68) .....,representada pelo(a) senhor(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/\_\_\_\_, inscrito(a)no CPF/MF sob o n. .... residente e domiciliado(a) em .  
.....

**CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**4.1. DOS REQUISITOS TÉCNICOS:**

**4.1.1.** As empresas contratadas deverão atender as exigências constantes no Termo de Referência, quanto à:

- a)** Tipo de papel para impressão: papel offset, couchê, gramatura, fonte e tamanhos estabelecidos, conforme a natureza de cada item;
- b)** Tintas com boa fixação e sem transferência, de baixo impacto ambiental;
- c)** Resolução de impressão;
- d)** Qualidade de acabamento, conforme tipo de encadernação ou dobra solicitada (espiral, brochura, grampeado, vinco, laminação etc.);
- e)** Dimensões e tiragens conforme especificações do item;
- f)** Material a serem confeccionada as peças: Acrílico cristal, metal, MDF laqueado ou vidro, conforme modelo solicitado;
- g)** Acabamento: Corte a laser, gravação a laser ou impressão UV, com suporte/base quando aplicável.
- h)** Atendimento a tamanhos, tipo de resolução;
- i)** Personalização: Nome do homenageado, brasão/logomarca da instituição, mensagem institucional, data.
- j)** Material das camisas e coletes e modelos: Tecido algodão, poliéster ou PV (poliéster + viscose), gramatura, conforme finalidade;
- k)** Tamanhos;
- l)** Tipos de carimbos, tamanhos, base, texto solicitado, cor da tinta, recarregável com almofada embutida;
- m)** Fidelidade à arte final enviada pela contratante;
- n)** Os materiais deverão respeitar as normas de identidade visual da instituição;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

o) Todos os produtos deverão ser entregues dentro do prazo estipulado e em embalagem adequada, garantindo integridade durante o transporte.

**4.1.2. PERSONALIZAÇÃO** - Os materiais deverão ser entregues com logomarca da instituição, elementos de identidade visual, e, quando necessário, informações específicas de campanhas, editais ou unidades administrativas.

**4.1.3. APROVAÇÃO DE PROVA GRÁFICA / AMOSTRAS**

c) A contratada deverá apresentar prova digital ou física (boneca) para aprovação antes da produção em escala;

d) A impressão definitiva somente poderá ser iniciada após a aprovação formal da contratante.

**4.1.4. GARANTIA DE QUALIDADE E REIMPRESSÃO**

e) A contratada deverá garantir a integridade e qualidade dos materiais entregues;

f) Caso haja erro de impressão, defeitos de acabamento, danos no transporte ou divergência com a arte aprovada, a empresa deverá reimprimir e substituir os materiais sem ônus.

g) Garantia mínima contra defeitos de fabricação de 90 dias, após a entrega definitiva.

h) Reposição imediata de itens com defeito ou danificados no transporte.

**CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

**5.1.** O objeto da presente contratação deverá ser entregue na Coordenadoria de Patrimônio e Material, na Sede da ALEAC, no município de Rio Branco – AC, no endereço Rua Arlindo Porto Leal, nº 241, Bairro Centro, CEP 69.909-040, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Entrega dos materiais, podendo a ordem de entrega ser encaminhada, inclusive por e-mail.

**5.2.** Os itens (01 A 58) que necessitam de impressão e acabamento dos exemplares, será feito sob o acompanhamento e supervisão de servidor da ALEAC, do setor corresponde da demanda, designado para aferição do conjunto de requisitos exigidos.

**5.3.** Antes da impressão total dos exemplares, o fornecedor deverá disponibilizar à ALEAC 1 (uma) "boneca" (por título), o qual, deverá ser aprovado e liberado pelo servidor da ALEAC designado para esse fim.

**5.4.** Em caso de não aprovação, a gráfica terá que realizar as correções solicitadas.

**5.5.** Após aprovação e liberação do servidor responsável pela solicitação, a tiragem total solicitada será impressa.

**5.6.** O prazo para entrega da "boneca" será de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento do arquivo digital e autorização de fornecimento.

**5.7.** Concluído a fase de impressão e acabamento do produto, a contratada entregará à ALEAC, às suas expensas, o material definitivo, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da solicitação..

**5.8.** Os serviços, que por ventura, forem mal executados, terão que ser corrigidos e todas as despesas correrão por conta e risco do fornecedor.

**5.9.** A especificação do material que será utilizado poderá ser alterada, mediante consulta e autorização do servidor designado da ALEAC, desde que seja de qualidade superior ou similar e não altere o valor do item contratado.

**5.10.** Deve-se observar o prazo para a execução da arte, nos aspectos de finalização, diagramação e editoração. Caso necessário, poderá haver negociação de ambas as partes propondo o mais adequado à ALEAC para produção do material solicitado.

**5.11.** Os produtos entregues que não estiverem dentro das especificações deverão ser



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

substituídos pela contratada, sem qualquer ônus à Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, contados a partir da comunicação do fato, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital.

**5.12.** Os itens 59, 60, 61 de produção de malharia (coletes de identificação, camisetas personalizadas e camisas tipo polo) deverão ser confeccionados sob demanda, de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

**5.13.** A personalização (cores, tamanhos, logomarcas, inscrições e demais elementos gráficos) deverá seguir rigorosamente o layout aprovado pela Administração, o qual será disponibilizado após a emissão da Ordem de Fornecimento.

**5.14.** O prazo máximo para entrega dos itens de malharia personalizados será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, acompanhada da aprovação final do layout pela Administração.

**5.15.** A entrega deverá ocorrer no local indicado pela contratante, devidamente acondicionados e identificados, correndo por conta da contratada todos os custos com produção, embalagem, transporte e descarga.

**5.16.** Os produtos serão submetidos à verificação quantitativa e qualitativa, quanto à:

f) conformidade com o layout aprovado;

g) tamanhos solicitados;

h) qualidade do tecido;

i) fidelidade das cores;

j) acabamento e personalização.

**5.17.** Os itens que apresentarem defeitos de fabricação, falhas na personalização, divergência de tamanho, cores em desacordo, ou qualquer não conformidade com as especificações do Termo de Referência deverá ser substituídos integralmente, sem ônus para a Administração.

**5.18.** O prazo para substituição será de até 03 (três) dias corridos, contados a partir da notificação formal da contratada.

**5.19.** A substituição não ensejará prorrogação do prazo contratual, estando sujeita a aplicação de penalidades, caso não atendida no prazo estipulado.

**5.20.** A contratada será responsável pela qualidade dos materiais empregados e da personalização realizada, respondendo por vícios aparentes ou ocultos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, quando aplicável.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**6.1.** A contratação para fornecimento será feita de acordo com a necessidade definida pela ALEAC, conforme solicitação de ordem de entrega;

**6.2.** Nas solicitações deverão conter a indicação dos quantitativos necessários e da dotação orçamentária a fazer face às despesas;

**6.3.** Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

**6.4.** A empresa deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do material requisitado, não sendo permitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis;

**6.5.** Os materiais deverão ser acondicionados adequadamente em embalagens lacradas.

**6.7.** Os materiais serão recebidos nas seguintes condições:

**a) Provisoriamente,** para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação. Caso as especificações ou quantidades não estejam com as





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

exigências mencionadas neste termo de referência, a contratada deverá substituir ou complementar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

**b) Definitivamente**, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante, “atesto” na nota fiscal/fatura, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

**6.8.** A empresa deverá realizar a troca dos materiais, sem ônus para a Contratante, que não cumprirem com as especificações e padrão de qualidade descritos neste termo de referência.

**6.9.** Ocorrendo falhas, a empresa Contratada deverá substituí-los sem ônus para a Contratante, no prazo de 3 (três) dias corridos, contados a partir da comunicação do fato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1.** As despesas decorrentes da contratação almejada serão suportadas pelo Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Acre:

**Programa de Trabalho:** .....

**Elemento de Despesa -** .....

**Fonte de Recursos –** 15000100 – RP

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**8.1.** O pagamento do fornecimento do material de expediente e consumo será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa, a partir do recebimento do documento fiscal administrativo, compreendido nesse período a fase de ateste deste, o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

**8.2.** A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

**8.3.** O documento fiscal deverá ser emitido em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, inscrita no CNPJ nº 04.039.657/0001-13, com sede na Rua Arlindo Porto Leal, 241 – Centro, Rio Branco/AC.

**8.4.** A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento

**8.5.** Na hipótese de rejeição do documento fiscal por erro ou incorreções, este será devolvido à contratada para as devidas correções e reapresentação. O prazo para pagamento será suspenso a partir da data da devolução do documento fiscal e retomado





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

a partir da data da sua reapresentação devidamente corrigida, sem que isso implique qualquer ônus adicional para a Contratante.

**8.6.** Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$$EM = N \times VP \times I / 365$$

onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

**8.7.** Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Rua Arlindo Porto Leal n. 241, Centro, CEP n. 69.909-040, Rio Branco - AC, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

**8.8.** Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

**8.9.** A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

**8.10.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**8.11.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.12.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**8.13.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**8.14.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**8.15.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**8.16.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**8.17.** De conformidade com o Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que normatizou o SIAFIC, estabelecendo que todos os Poderes devem utilizar o Sistema Único de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e Controle, o licitante/contratado. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ/AC, que poderá ser feito por meio do endereço eletrônico: <http://sefaz.acre.gov.br>.

**CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS- ARP**

**9.1.** A ARP será assinada no prazo de até 10 (dez) dias após a homologação e adjudicação do objeto, ficando desobrigados os licitantes vencedores a procederem sua assinatura após esse prazo e, na hipótese de, dentro do prazo, a Administração convocar os vencedores e estes se recusarem, incidirão as penalidades pertinentes.

**9.2.** A Ata decorrente da presente licitação terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**9.3.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

**9.4.** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**9.5.** A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

**9.6.** A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**9.7.** A ALEAC é o órgão gerenciador da ARP, competindo-lhe as competências discriminadas nos art. 305 a 307 do Decreto Estadual nº 11.363/2021.

**9.8.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, de acordo com o parágrafo único do art. 84 da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**10.1.** O Fornecedor deverá entregar o material na forma preceituada pelo termo de Referência, observadas as especificações técnicas, cumprindo inclusive a arte gráfica e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

condições comerciais especificadas neste anexo;

**10.2.** O fornecedor ficará obrigada a trocar em até 3 (três) dias corridos os produtos que vier a ser recusado, sem nenhum custo adicional para a gerenciadora da Ata;

**10.3.** O fornecedor assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, mão-de-obra, necessário à boa e perfeita entrega dos produtos.

**10.4.** Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à gerenciadora da Ata ou a terceiros;

**10.5.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus decorrente da execução do contrato, especialmente os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre a prestação dos serviços, isentando a gerenciadora da Ata de eventual não observância das prescrições legais pertinentes;

**10.6.** Manter entendimento com ALEAC objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a entrega dos produtos;

**10.7.** Entregar os materiais nas condições e prazos estabelecidos seguindo orientações da gerenciadora da Ata;

**10.8.** Comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre o objeto fornecido;

**10.9.** Responsabilizar-se pela procedência, qualidade e entrega dos produtos;

**10.10.** Zelar pela perfeita entrega dos produtos, sanando as eventuais falhas, imediatamente após sua verificação;

**10.11.** Atender as determinações da fiscalização da ALEAC e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à entrega dos materiais;

**10.12.** Não transferir a outrem a totalidade do objeto do presente contrato, sendo proibida a subcontratação dos serviços que estão neste Termo;

**10.13.** Manter, durante a execução do contrato as condições de habilitação exigidas na licitação.

**10.14.** Refazer, sem custo para o CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, todo e qualquer procedimento, se verificada incorreção e constatado que o erro é da responsabilidade da CONTRATADA;

**10.15.** Comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente ou que impossibilite a execução do objeto deste instrumento;

**10.16.** Os produtos deverão ser entregues intactos, sem amassados, não danificados ou sem qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos;

**10.17.** Indicar o nome do preposto que responderá em nome da empresa durante a relação contratual;

**10.18.** Responder por quaisquer danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;

**10.19.** Responsabilizar-se pela exatidão do serviço, obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados, de comum acordo com a CONTRATANTE, todos os erros, vícios e falhas comprovadas nos trabalhos apresentados, mesmo após a execução final do serviço.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR DA ATA**

**11.1.** A gerenciadora da Ata deverá, a seu critério, e através de funcionário previamente designado, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

as fases do fornecimento do objeto contratado e do comportamento do pessoal da Contratada, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados, gestor e co-gestores do contrato;

**11.2.** Emitir Requisição para aquisição de materiais/serviços imediatamente, quando necessárias;

**11.3.** A gerenciadora da Ata não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**11.4.** Acompanhar a entrega dos produtos e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade do fornecedor, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;

**11.5.** Fornecer as instruções necessárias à execução, entrega dos produtos e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços pactuados;

**11.6.** Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da contratada;

**11.7.** Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

**11.8.** Aplicar ao fornecedor as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

**11.9.** Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ARP POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTES**

**12.1.** A ata de registro de preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 do Decreto Estadual n. 11.363/2023 e as demais condições previstas neste instrumento.

**12.2.** O pedido de adesão por órgão ou entidade não participante será analisado pelo órgão ou entidade gerenciadora, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, desde que não haja prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, e indicará as possíveis detentoras e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**12.3.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**12.4.** A adesão deverá ser efetivada em até 90 (noventa) dias contados da autorização, admitida a prorrogação excepcional e justificada desse prazo, a pedido do interessado, mediante anuência da detentora, desde que observado o prazo de vigência da ata de registro de preços.

**12.5.** Cada órgão ou entidade da Administração Pública estadual poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual for integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observando-se os requisitos previstos neste artigo.

**12.6.** Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**12.7.** Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual poderão aderir, na qualidade de não participantes, a atas de registro de preços gerenciadas pela Administração Pública direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, inclusive do Estado do Acre, e do Distrito Federal ou a atas de registro de preços gerenciadas por consórcios públicos formados por esses entes, condicionada à:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

II - demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista neste Decreto;

III - consulta e aceitação prévias do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor;

IV - previsão no respectivo edital ou na ata de registro de preços de quantitativo reservado à adesão por órgãos e entidades não participantes.

**12.8.** Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o art. 335 do Dec. Estadual 11.363/2023:

I - as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes; e

II - a soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**12.9.** Exaurido o saldo destinado aos órgãos e entidades participantes, poderá ser solicitada ao órgão ou entidade gerenciadora a utilização do quantitativo passível de adesão, desde que haja concordância da detentora.

**12.10.** A utilização de saldo destinado à adesão somente poderá ocorrer após exaurido todo o saldo de órgãos e entidades participantes, considerando-se os quantitativos de itens ou lotes espelhados, salvo quando, justificadamente, houver necessidade de manutenção da uniformidade contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA E CADASTRO RESERVA**

**13.1.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do caput do art. 15;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e

III - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**13.2.** O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**13.3.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do inciso II do caput antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido inciso.

**13.4.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem o inciso II do caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

II - quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29.

**13.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**14.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, nos termos do art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

**14.2.** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**15.1.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência das situações prevista na Lei 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023;

**15.2.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

**15.3.** Na hipótese de o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**15.4.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados no mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**15.5.** Na hipótese prevista acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observando-se o disposto no § 3º do art. 331 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

**15.6.** O órgão gerenciador não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 332 do Dec. 11.363/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

**15.7.** Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observando-se o disposto no art. 35 do Dec. 11.363/2023;

**15.8.** Conforme o art. 330 do Decreto Estadual nº 11.363/2021, na hipótese de o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite o cumprimento do compromisso.

**15.9.** Para fins do disposto no item acima, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**15.10.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 331, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**15.11.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no § 2º do art. 329 do Decreto Estadual 11.363/2023, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observando-se o disposto no § 3º do art. 321.

**15.12.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 332 do Dec. 11.363/2023, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**15.13.** Na hipótese de comprovação do disposto acima, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**15.14.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observando-se o disposto no art. 340 do Dec. 11.363/2023.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**16.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando o fornecedor:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública sem justificativa razoável;
- III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 330; ou
- IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e

V - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

**16.2.** Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapassar o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata de registro de preços enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**16.3.** O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**16.4.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os

licitantes que compõem o cadastro de reserva, observando-se a ordem de classificação.

**16.5.** Na hipótese de não haver cadastro de reserva ou não haver aceitação dos cadastrados, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova ata de registro de preços, observando-se os §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**16.6.** A negociação prevista no § 4º será limitada ao valor dos preços eventualmente revisados pelo órgão ou entidade gerenciadora.

**16.7.** O novo registro de preços não poderá vigorar por prazo superior ao remanescente de vigência da ata de registro de preços anterior, inclusive eventual prazo de prorrogação previsto originalmente na ata de registro de preços.

**16.8.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão ou entidade gerenciadora, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 329 e no § 4º do art. 330.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS EXTRAORDINÁRIAS**

**17.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**17.2.** O remanejamento de que trata o caput somente será feito:

- I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

**17.3.** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o item 19.1.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**17.4.** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 336 do Decreto n. 11.363/23.

**17.5.** Para fins do disposto no item 17.1, competirá ao órgão ou entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**17.6.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades localizadas em municípios ou regiões distintas, com impacto sobre a execução do objeto, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observando-se as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**18.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**18.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV) Multa:

a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

**18.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

**18.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**18.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021)

**18.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**18.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**18.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**18.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):**

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**18.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

**18.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**18.12.** Caso haja sanções administrativas específicas relativas ao objeto pretendido, o setor demandante deverá descrevê-las nos itens abaixo, em observância ao art. 94, inciso XXVI, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

**19.1.** Incumbirá ao Gerenciador divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, e em cumprimento da Resolução TCE/AC n. 129/2024 – LICON, contados da data de sua assinatura.

- 20 (vinte) dias úteis.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1.** Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 03/2024, anexos e propostas da empresa classificada em 1º lugar na referida licitação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO**

**21.1.** As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro de Rio Branco- Estado do Acre, com renúncia de qualquer outro.

**21.2.** E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, representando a Assembleia Legislativa, os Membros da Mesa Diretora, e o fornecedor registrado, seu Representante Legal,

Rio Branco-Ac, ....de.....de 2026.

**Pela Assembleia Legislativa do Estado do Acre:**

Deputado .....

**Presidente**

Deputado .....

**1º Secretário**

Deputado .....

**2º Secretário**

**Pelos Fornecedores:**

.....  
CNPJ/MF/MF nº.

**Testemunhas:**

1. ....

RG n .....

CPF/MF n.....

2. ....

RG n .....

CPF/MF n.....





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II-A  
ENCARTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° ...../2026  
PROCESSO N°. 568/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 08/2025

ITEM	DESCRIÇÃO MINIMA	UNID. MEDIDA	QUANT. ESTIMADA CONSUMO	QUANT. ESTIMADA REGISTRO	V. UNIT	V. TOTAL
01	<b>CONFEÇÃO DE LIVRO DE REGISTRO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS</b> , confeccionado em capa dura com papelão revestido, impressão colorida 4X1, capa e dorso com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC na capa, miolo em papel sulfite (gramatura de 90g) 1x0, pautado, tamanho: 23,5cm de largura, por 31cm de altura, contendo em cada folha: cabeçalho - número da sessão e data, cada folha deverá ser dividida em 4 partes: Pequeno Expediente com marcação de tempo de 50 minutos, com aproximadamente 10 linhas; Grande Expediente com marcação de tempo de 60 minutos, com aproximadamente 13 linhas, Ordem do Dia com 8 linhas e Explicação Pessoal com 9 linhas, fonte: arial narrow, tamanho da fonte: 12, média de 140 folhas, numeradas sequencialmente, na parte superior direita.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	01	20		
02	<b>CONFEÇÃO DE LIVRO DE REGISTRO DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS</b> confeccionado em capa dura com papelão revestido, impressão colorida 4X1, capa e dorso com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC na capa, miolo em papel sulfite	Unid	01	20		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	(gramatura de 90g) 1x0, tamanho: 23,5cm de largura, por 31cm de altura, contendo no cabeçalho sessão, número e data, a folha deverá ser divididos em 3 partes: superior com aproximadamente com 13 linhas; Na parte Central: duas colunas contendo as palavras PRÓ e CONTRA com aproximadamente 12 linhas cada coluna, fonte: arial narrow, tamanho da fonte: 12, média de 100 folhas, numeradas sequencialmente, na parte superior direita.  Arte será disponibilizado posteriormente.					
03	<b>CONFEÇÃO LIVRO DE REGISTRO DAS SESSÕES SOLENES DOS PARLAMENTARES,</b> confeccionado em capa dura com papelão revestido, impressão colorida 4X1, capa e dorso com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC na capa, miolo em papel sulfite (gramatura de 90g) 1x0, fonte: arial narrow, tamanho da fonte: 12, tamanho: 23,5cm de largura, por 31cm de altura, contendo no cabeçalho número da sessão e data, com linhas até o final da folha, média de 50 folhas, numeradas sequencialmente, na parte superior direita.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	01	20		
04	<b>CONFEÇÃO LIVRO DE PROJETO DE LEI,</b> encadernado em espiral, capa em polipropileno na cor preta, com espessura 33mm, Folha de rosto em impressão colorida 4X0, com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC. Miolo em papel sulfite tamanho ofício, 75g, 1x1, fonte: arial narrow, tamanho da fonte: 12, cabeçalho em caixa alta contendo Identificação do Livro,	Unid	01	20		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	número e ano, autoria e ementa, com aproximadamente 11 linhas, deverá constar os Dados de encaminhamento para as 13 comissões que compõem atualmente a Casa. Quantidade média de 230 folhas – frente e verso.  Arte será disponibilizado posteriormente.					
05	<b>CONFEÇÃO LIVRO DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR</b> , encadernado em espiral na cor encadernado em espiral, capa em polipropileno na cor preta, com espessura 129mm, folha de rosto impressão colorida 4X0, com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC, miolo em papel sulfite tamanho ofício 75g, 1x1, fonte: arial narrow, tamanho da fonte: 12, cabeçalho em caixa alta contendo Identificação do Livro, número e ano, autoria e ementa, com aproximadamente 11 linhas, deverá constar os Dados de encaminhamento para as 13 comissões que compõem atualmente a Casa. Quantidade média de 60 folhas – frente e verso.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	01	20		
06	<b>CONFEÇÃO LIVRO DE VETO GOVERNAMENTAL</b> , encadernado em espiral na cor encadernado em espiral, capa em polipropileno na cor preta, com espessura, com espessura 12mm, folha de rosto em impressão colorida 4X0, com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC na capa, miolo em papel sulfite tamanho A4, 75g, fonte: Arial narrow, tamanho da fonte: 12, cabeçalho em caixa alta, contendo Identificação do Livro, número e ano. Quantidade média de 60 folhas – só frente.  Arte será disponibilizado	Unid	01	20		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	posteriormente.					
07	<b>CONFECCÃO LIVRO DE MOÇÃO</b> , encadernado em espiral na cor preta, com espessura 20mm, capa incolor confeccionado PPL (Polipropileno Line) + contracapa impressão colorida 4X1, com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC na capa, miolo em papel A4, fonte: arial narrow, tamanho da fonte: 12, cabeçalho e caixa alta, contendo Identificação do Livro, número e ano. Quantidade média de 120 folhas – frente. Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	01	20		
08	<b>CONFECCÃO LIVRO DE EMENDAS</b> , encadernado em espiral na cor preta, com espessura 20mm, capa incolor confeccionado PPL (Polipropileno Line) + contracapa impressão colorida 4X1, com identificação e ano corrente, personalizado com a logomarca da ALEAC na capa, miolo em papel A4, fonte: arial narrow, tamanho da fonte: 12, cabeçalho e caixa alta, contendo Identificação do Livro, número e ano. Quantidade média de 100 folhas – frente. Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	01	20		
09	<b>CADERNETA PERSONALIZADA</b> Formato 144x88mm, capa dura revestida com Percalux, aplicação do logo em relevo seco (área máx. de relevo 100x100mm), guardas em papel Color Plus 180g/m <sup>2</sup> (cor 0x0). Miolo com pauta 80 folhas em papel sulfite 75g/m <sup>2</sup> , cor 4x0, miolo costurado com cantos arredondados e fechamento com elástico e marcador de cetim Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	100	5.000		
10	<b>BLOCO DE NOTAS PERSONALIZADO</b>	Unid	100	10.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	confeção de bloco de anotações personalizado com 50 folhas cada, nas dimensões: 15cm x 22cm.  folhas internas: em papel sulfite 75g, bloco tipo formulário impressão apenas frente, p/b. capa: color, papel couchê brilho 115g, em espiral plástico diâmetro de 009mm espessura de 1,5mm, na cor preta. arte e layout a definir conforme evento.					
11	<b>CALENDÁRIO DE MESA PERSONALIZADO,</b>  Formato 140x195mm, base em papel Triplex (375g/m²) branco, uma lâmina de papel couchê 150g/m², seis lâminas em papel off-set 150g/m², cor 4x4 Acabamento Wire-o.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	100	500		
12	<b>CREDENCIAL IMPRENSA PERSONALIZADA</b>  Formato 105x125mm, papel opalina 180g/m², cor 4x0 Acabamento: corte.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	50	200		
13	<b>PASTA INSTITUCIONAL PERSONALIZADA,</b> Formato 440x310mm (aberto), papel couchê 250g/m², cor 4x0, Acabamento: corte, laminação fosca, verniz UV localizado (marca institucional), vinco e duas orelhas para grampo na lateral esquerda.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	200	5.000		
14	<b>PASTA INSTITUCIONAL PERSONALIZADA COM BOLSA</b>  Formato 450x310mm (aberto) • cartão supremo 300g/m², cor 4x0. Acabamento: corte, bolsa interna colada 4x0, laminação fosca, verniz UV localizado e vinco.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid.	200	5.000		





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

15	<p>CAPA DE PROCESSO – Formato aberto, medindo 33 x 48 cm, Tipo de papel: couchê 240g/m². Impressão: offset com laminação em brilho, Fotolito de 300 dpi, Quantidade de cores: 4x0. Acabamento: uma dobra, perfurado, corte com cinco vinco refileado.</p> <p>Arte será disponibilizado posteriormente.</p>	Unid	3.000	15.000		
16	<p><b>CAPA DE TÍTULOS</b>, 4x0 cores, medindo 40x29cm, papel couchê 250g brilho, Impressão: offset com laminação em brilho, com 4 cantoneiras.</p> <p>Arte será disponibilizado posteriormente.</p>	Unid	500	3.000		
17	<p><b>CAPA DE TÍTULOS</b>, cores 4x0, medindo 32x22 cm, papel couchê 250g brilho, Impressão: offset com laminação em brilho, com 4 cantoneiras.</p> <p>Arte será disponibilizado Posteriormente.</p>	Unid	500	3.000		
18	<p><b>MOÇÃO DE APLAUSO</b>, cores 4x0, medindo 28x20,5 cm, papel A3 couchê 250g brilho, impressão a laser.</p> <p>Arte será disponibilizado Posteriormente). A3</p>	Unid	500	3.000		
19	<p><b>TÍTULOS DE CIDADÃO BENEMÉRITO, MULHER CIDADÃ ACREANA, DEPUTADO EMÉRITO</b>, cores 4x0, medindo 28x20,5cm, papel A3 couchê 250g brilho, impressão a laser.</p> <p>Arte será disponibilizado Posteriormente.</p>	Unid	500	3.000		
20	<p><b>TÍTULO DE CIDADANIA ACREANA</b>, 4x4 cores, medindo 26x38cm, papel A3 couchê 250g brilho, impressão a laser.</p> <p>Arte será disponibilizado Posteriormente.</p>	Unid	500	3.000		
21	<p><b>CERTIFICADOS</b></p> <p>Confecção de certificado impresso em papel couchê fosco 250g frente e verso, tamanho A4, para conclusão de cursos, palestras, workshop</p>	Unid	1.000	6.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	realizados pela ALEAC e em parcerias.  Arte será disponibilizado conforme evento.					
22	<b>CONSTITUIÇÃO ESTADUAL</b> , capa papel couchê (gramatura de 250g) em cores 4X0, miolo papel sulfite (gramatura de 90g), fonte: Arial Narrow, COR: PRETA, tamanho da fonte: 11, Tamanho: largura 142mm x 198mm comprimento, quantidade aproximada de folhas 150 – frente e verso, acabamento colado, conteúdo que compõe o miolo e arte serão disponibilizados posteriormente.	Unid	500	5.000		
23	<b>REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE</b> , Capa em papel couchê (gramatura de 250g), em cores 4x0,miolo em papel sulfite (gramatura de 90g), fonte: Arial Narrow, tamanho da fonte: 11, Tamanho: largura 142mm x 198mm comprimento. quantidade aproximada de folhas 190 – frente e verso, acabamento colado, conteúdo que compõe o miolo e arte serão disponibilizados posteriormente.	Unid	500	5.000		
24	<b>RECEITUÁRIO MÉDICO COMUM PERSONALIZADO</b>  Formato 14x21cm • papel sulfite (branco) 75g/m <sup>2</sup> • cor 4x0 (preto) • bloco de 100 Folhas Acabamento: refile, blocagem e cola.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Bloco	50	1.000		
25	<b>RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL PERSONALIZADO</b>  Formato 14x21cm • papel sulfite (branco) 75g/m <sup>2</sup> • cor 4x0 (preto) • bloco de 100 Folhas Acabamento: refile, blocagem e cola.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Bloco	50	1.000		
26	<b>ATESTADO MÉDICO</b>	Bloco	50	1.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	<b>PERSONALIZADO</b> Formato 14x21cm • papel sulfite (branco) 75g/m <sup>2</sup> • cor 4x0 (preto) • bloco de 100 Folhas Acabamento: refile, blocagem e cola.  Arte será disponibilizado posteriormente.					
27	<b>AGENDA CAPA DURA PERSONALIZADA</b> , com a logomarca da ALEAC, impressa com laminação brilho, 4x0, tamanho 20x14 cm, miolo papel sulfite gramatura 90g, medindo 20x13,5 cm não personalizado com uma página para cada dia útil da semana e uma única página para sábado e domingo, 01 (uma) página para dados pessoais, 01 (uma) página para calendário, 06 páginas para agenda telefônica. Arte da capa será disponibilizada posteriormente.	Unid	200	2.000		
28	<b>MARCADOR DE PÁGINA PERSONALIZADO</b> , em cores 4x4, Tamanho 18x5 cm, impressão dupla face (frente e verso) em papel couchê laminação brilho/fosco gramatura 240g.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	200	2.000		
29	<b>CANETA PERSONALIZADA</b> esferográfica de metal, com ponteira touch, Espessura da ponta: 0,7 mm (ponta média-fina), para escrita precisa e confortável, Área mínima de personalização: 3 cm x 1 cm, medida mínima de 13 cm. Tinta azul, cor a definir.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	200	2.000		
30	<b>CANECA DE PORCELANA PERSONALIZADA</b> , gravação em sublimação, formato da caneca redondo, capacidade 300ml.  Arte será disponibilizado posteriormente.	Unid	200	1.000		
31	<b>PLACA PARA PORTAS DE ENTRADA DE GABINETES</b>	Unid	24	80		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	<b>PARLAMENTARES</b> formato 30cmx30cm, material em ACRILICO, com logomarca da instituição, número do gabinete, identificação do parlamentar, partido, sigla, número da legislatura. fonte Arial Narrow, tamanhos variados.					
32	<b>PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM BRAILE PARA PORTAS DE ENTRADA DE GABINETES PARLAMENTARES</b> formato 30cmx15cm, material em ACRILICO, número do gabinete, identificação do parlamentar, partido, sigla, número da legislatura.	Unid	24	80		
33	<b>PLACA PARA PORTA DE DIVISÕES OU DEPARTAMENTOS</b> formato 30cmx30cm, material em ACRILICO resistente, identificação do setor, fonte Arial Narrow, tamanhos variados.	Unid	80	120		
34	<b>PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM BRAILE PARA PORTA DE DIVISÕES OU DEPARTAMENTOS</b> formato 30cmx15cm, material em ACRILICO, número do gabinete, identificação do parlamentar, partido, sigla, número da legislatura.	Unid	80	120		
35	<b>PLACAS PARA PORTA DE SANITÁRIOS</b> formato 30cmx15cm, material em ACRILICO, com pictograma: Masculino, Feminino e Pessoa com Deficiente, na cor preta, vinil autoadesivo, inscritos também em braille.	Unid	20	40		
36	<b>PLACA DE IDENTIFICAÇÃO EM BRAILE PARA PORTA DE SANITÁRIOS</b> formato 30cmx15cm, material em ACRILICO.	Unid	20	40		
37	<b>MAPA TÁTIL PERSONALIZADO</b>	Unid	05	10		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	<p>MAPA TÁTIL: Em acrílico branco leitoso, medindo 450mmx600mm, com espessura mínima de 4mm, com representação de textos, pictogramas e linhas indicativas em relevo de 1,0 mm (PS na cor preto) e braille correspondente incrustado com esferas de inox, em atendimento da NORMA ABNT NBR 9050 de acessibilidade. Será fixado à base superior. Não deverá ter imperfeições nem apresentar instabilidade. Será fornecido planta do local ficando adaptação a cargo da empresa, sujeita a prévia autorização.</p> <p><b>PEDESTAL:</b></p> <p>Em aço preto com espessura mínima de 4 mm, altura total de 1120mm - base superior de 450mmx600mm com inclinação 15 graus (norma 9050) - base inferior quadrada de 340mm e altura mínima de 54mm, haste quadrada de 125mm, e altura de 960mm, fixação de bolinhas de silicone para melhorar a fixação do pedestal no piso. O suporte deverá conter logomarca adesivada da ALEAC. Não deverá ser prevista fixação em piso.</p>					
38	<p><b>CRACHÁ EM PVC PERSONALIZADO</b> – Dimensões: 85 x 55 mm, orientação vertical/retrato, em cores 4x4, Dados variáveis – Frente do crachá, acabamento; furo ovoide (parte superior central).</p> <p>Incluso cordão tecido poliéster na cor a definir, espessura 20mm, comprimento 85cm, modo de impressão frente e verso de forma aleatória, cor impressão branco ou preto, acabamento: fixador, trava de segurança.</p> <p>Arte será disponibilizado posteriormente.</p>	Unid	300	1.000		
39	<p><b>CHAVEIRO PERSONALIZADO</b> Quadrado, tamanho 5x5cm, em PVC 4mm de espessura, furo</p>	Unid.	300	600		





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	na parte superior lateral, argola em metal, com identificação do setor gravado na frente e numeração sequencial no verso. Cor a definir.					
40	<b>REVISTA</b> - formato 21 x 28cm (fechado) com capa em papel couchê brilho/fosco 230g, brochura, capa dura com papelão revestido, impressão colorida 4X4, Miolo com quantidade média de 100 páginas - em papel couchê 115g - (frente e verso). design personalizado e diagramação, revisão gramatical, ortográfica e editoração inclusa na proposta.	Unid	1.000	10.000		
41	<b>FOLDER 2 DOBRAS-</b> formato 21x 29,7cm (aberto), impressão offset, cores 4x4, papel couchê brilho/fosco 150g. Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid	1.000	10.000		
42	<b>FOLDER 3 DOBRAS-</b> formato 21x 29,7 cm (aberto), impressão offset, cores 4x4, papel couchê brilho/fosco 150g. Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid	1.000	10.000		
43	<b>BANNER PERSONALIZADO</b> - Produção gráfica de banner, medindo 140x200cm, impressão a laser, sobre lona vinílica, cores 4x0. sistema Roll Up – mola vai-e-vem, com estrutura alumínio anodizado-fosco, bolsa de transporte. Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	10	500		
44	<b>BANNER PERSONALIZADO</b> - Produção gráfica de banner, medindo 90x145 m, impresso a laser, sobre lona vinílica, cores 4x0. Acabamento com duas hastes, uma em cada extremidade, suporte retrátil, estrutura de metal/alumínio. Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	10	500		
45	<b>BANNER PERSONALIZADO</b> - Produção gráfica de banner, medindo 80x120 cm, impressão a laser, sobre lona vinílica, cores 4x. Acabamento com duas hastes, uma em cada	Unid.	10	500		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	extremidade, suporte retrátil, estrutura de metal/alumínio. Arte será disponibilizada conforme evento.					
46	<b>ADESIVOS EM VINIL PERSONALIZADO</b> impressos 4x0, com película protetora em verniz. (Uso externo). Com artes inclusas. Arte será disponibilizada posteriormente.	M²	600	1.200		
47	<b>ENCADERNAÇÃO - CAPA DURA (CORES) COSTURADA A4</b> Encadernação capa dura (cores) Costurada Gravação com letra Arial 22, cor a definir, Papel tamanho A4, até 300 folhas.	Unid.	500	2.000		
48	<b>ENCADERNAÇÃO - CAPA PVC EM ESPIRAL A4</b> Capa inicial PVC transparente Fundo capa preta. Em espiral Tamanho documento A4, até 300 folhas por volume.	Unid.	500	2.000		
50	<b>PLACA DE HOMENAGEM PERSONALIZADO</b> Confeccionada em aço escovado de 1mm, tamanho 18x14x3cm, com impressão direta UV em alta resolução, em cores 4x0, acompanhado de estojo em madeira com revestimento totalmente em tecido veludo preto ou similar. Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	10	1.000		
51	<b>PLACA DE HOMENAGEM PERSONALIZADO</b> Confeccionada em aço escovado de 1mm, tamanho 23x15x3cm, com impressão direta UV em alta resolução, em cores 4x0, acompanhado de estojo em madeira com revestimento totalmente em tecido veludo preto ou similar. Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	10	1.000		
52	<b>PLACA DE HOMENAGEM PERSONALIZADO</b> confeccionada em aço escovado de 1mm, tamanho	Unid.	10	1.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	37x27x3cm, com impressão direta UV em alta resolução, em cores 4x0, acompanhado de estojo em madeira com revestimento totalmente em tecido veludo preto ou similar.  Arte será disponibilizada conforme evento.					
53	<b>BACKDROP PERSONALIZADO</b> Descrição: Pannel de lona vinílica; acabamento de bainha reforçada e ilhós de 20/20cm; Tamanho: 4mx2m. Colorido 4x4 cores, conforme o Arte fornecida pela subsecretaria de Publicidade e Comunicação. Base em Material: Estrutura metálica. Acabamento: Zincado.  Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid	01	20		
54	<b>BACKDROP PERSONALIZADO</b> Descrição: Pannel de lona vinílica; acabamento de bainha reforçada e ilhós de 20/20cm; Tamanho: 3mx2m. Colorido 4x4 cores, conforme o Arte fornecida pela subsecretaria de Publicidade e Comunicação. Base em Material: Estrutura metálica. Acabamento: Zincado.  Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	01	20		
55	<b>BACKDROP PERSONALIZADO</b> Descrição: Pannel de lona vinílica; acabamento de bainha reforçada e ilhós de 20/20cm; Tamanho: 2mx2m. Colorido 4x4 cores.  Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	01	20		
56	<b>CONVITE PERSONALIZADO</b> Confecção convite 19,5x19,5cm, 4/0 cores, papel Aspen 250g, Serigrafia com relevo, Personalização de acordo com o evento, papel do envelope Color Plus Oxford 250 g/m², cor a definir, formato 20x20 cm.  Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid	200	2.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

57	LEQUES PERSONALIZADOS, medidas 19x19cm, 4x4 cores, Papel Couché brilho 210gramas.  Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	10.000	30.000		
58	LEQUES PERSONALIZADOS, medidas 20x22cm, 4x4 cores, Papel Couché brilho 210gramas. Acabamento corte especial.  Arte será disponibilizada conforme evento.	Unid.	10.000	30.000		
59	COLETE DE IDENTIFICAÇÃO PERSONALIZADO  Confeccionado 100% poliamida, na cor cinza, com detalhes de gola e mangas (aproximadamente 2cm), na cor preta, com forro telado em poliéster, na cor preta, sem elástico na cintura, nos tamanhos M, G e GG. Fechamento frontal em zíper, com detalhe de botão para reforçar o fechamento, personalizado com arte, na parte frontal superior esquerda logomarca da ALEAC e na parte de trás do colete: “IMPrensa”, “ASSESSORIA PARLAMENTAR” e “EQUIPE DE APOIO”.  Arte será disponibilizada posteriormente.	Unid.	30	260		
60	<b>CAMISETA PERSONALIZADA</b>  Manga curta, gola V, cor branca, unissex, manga: curta, cor: variadas, tamanho: P, M, G e GG, material: malha PV (100% poliéster e 33% viscose).  Arte e estampa será disponibilizada conforme evento.	Unid.	100	1.000		
61	<b>CAMISA TIPO POLO PERSONALIZADA</b>  confeccionada em malha piquet jacquard de algodão, aberta na parte superior (peitilho) sobreposto com 02 (dois) botões, manga curta com acabamento em retilínea canelada; cores: branca, preto,	Unid.	100	1.000		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

	tamanhos: P, M, G, GG, XG. Bordada no lado esquerdo superior.  A logomarca será disponibilizada posteriormente.					
62	Carimbo datador ou confere com o original; (com almofada embutida); tamanho padrão 43 mm; refil removível estrutura revestida em material plástico resistente	Unid	20	200		
63	Carimbo de ateste; (com almofada embutida); formato: retangular- medidas: 2,3 x 5,9 cm; refil removível estrutura revestida em material plástico resistente.	Unid	20	200		
64	Carimbo automático nº 10; auto entintado para personalização de textos (em branco, cópia, etc); com placa de comprimento de 27mm e largura de 10mm; cor preto; quantidade de caracteres 35 por linha com no máximo 4 linhas; estrutura revestida em material plástico resistente.	Unid	20	200		
65	Carimbo automático nº 20; auto entintado para personalização de textos; com placa de comprimento de 38mm e largura de 14mm; cor preto; quantidade de caracteres 35 por linha com no máximo 4 linhas; estrutura revestida em material plástico resistente.	Unid	20	200		
66	Carimbo automático nº 30; auto entintado para personalização de textos; com placa de 18mm x 47mm; cor preto; quantidade de caracteres 40 por linha com no máximo 4 linhas; estrutura revestida em material plástico resistente.	Unid	20	200		
67	<b>TROCA DE BORRACHA PARA CARIMBOS AUTOMÁTICOS</b>	Unid	100	300		
68	Serviço de confecção de cópia de chave de carro codificada	Unid	10	100		
69	Serviço de confecção de cópia de chave pinatel	Unid	10	100		
70	Serviço de confecção de cópia de chave yale comum	Unid	20	200		
71	Serviço de chaveiro; troca de segredo/cilindro da fechadura	Unid	20	200		



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

72	WINDERBANNER – BIG FLAG. Material: Tecido poliéster, cores: sublimação; tamanho: 3,10 x 0,60, tipo: faca, pena, vela ou gota	Unid	01	30		
73	Placa pirulito de mão - Material: cabo medindo 2 metros (alumínio); placa: 60 CM diâmetro; forma: circular; placa em PVC; cores variadas conforme solicitação; Arte será disponibilizada conforme evento	Unid	01	30		
74	Placa pirulito de mão - Material: cabo medindo 45 cm (alumínio); placa: 45 CM diâmetro; forma: circular; placa em PVC; cores variadas conforme solicitação; Arte será disponibilizada conforme evento	Unid	01	30		
75	Placa pirulito modular de metal - Material: chapa e tubo redondo de ferro com pintura eletrostática; tamanho 1350mm, 35CM de diâmetro (pirulito), base 35CM de diâmetro. Cores variadas conforme solicitação; Arte será disponibilizada conforme evento	Unid	01	20		
76	Pasta Zip Zap PVC. Dimensões da Pasta 34,5 cm (comprimento) x 27cm (largura). Arte será disponibilizada posteriormente.	Unid	200	300		
<b>VALOR TOTAL</b>						

OBS. Item 49 foi excluído, seguir a numeração dos itens conforme acima.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N. ..../2026  
PREGÃO ELETRONICO SRP N ..../2025  
PROCESSO N. 568/2025

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob n. 04.039.657/0001-13, sediada nesta cidade, na Rua Arlindo Porto Leal, 241, Centro, neste Ato representada, nos termos do artigo 12, Inciso II, letra “f” do Regimento Interno - Resolução n. 86, de 1990, por sua **MESA DIRETORA**, composta pelo **Deputado .....**, **Presidente**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AM, inscrito no CPF/MF sob o n. ....; **Deputado .....**, **Primeiro Secretário**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AC, inscrito no CPF/MF sob o n. ....; e **Deputada .....**, **Segundo Secretário**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AC, inscrita no CPF/MF sob o n. ...., residentes e domiciliados nesta cidade, doravante denominada de **CONTRATANTE** e por outro lado a Empresa ....., inscrita no CNPJ/MF/MF sob o n. ...., Inscrição Estadual n....., estabelecida no(a) ....., em Rio Branco - Estado do Acre, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). ...., brasileiro(a), ...., portador(a) da Cédula de Identidade RG n. ...., expedida pela SSP/AC, inscrito(a) no CPF/MF sob o n. ...., residente e domiciliado(a) no, n. ...., Bairro....., celebram o presente Contrato, com o amparo da Lei 14.133/2021, Decreto Federal n. 11.462/2023, Decreto Estadual nº 11.363/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto deste contrato a contratação de empresa especializada para futura e eventual produção de serviços gráficos diversos tais como: confecção de livros de Registro, certificados e placas de homenagens, Materiais de divulgação, Camisas para eventos e outros, confeccionado sob encomenda, para atender as demandas da Assembleia Legislativa do Estado do Acre – ALEAC, conforme as especificações e condições constantes neste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:  
2.1.1. O Termo de Referência;  
2.1.2. O Edital da Licitação;  
2.1.3. A Proposta do contratado;  
2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA TERCEIRA - O VALOR DO CONTRATO**

3.1. O valor deste contrato é de R\$ ..... ( valor por extenso).

**CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**4.1. DOS REQUISITOS TÉCNICOS:**





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**4.1.1.** As empresas contratadas deverão atender as exigências constantes no Termo de Referência, quanto à:

- a) Tipo de papel para impressão: **papel offset, couchê**, gramatura, fonte e tamanhos estabelecidos, conforme a natureza de cada item;
- b) Tintas com boa fixação e sem transferência, de baixo impacto ambiental;
- c) Resolução de impressão;
- d) Qualidade de acabamento, conforme tipo de encadernação ou dobra solicitada (espiral, brochura, grampeado, vinco, laminação etc.);
- e) Dimensões e tiragens conforme especificações do item;
- f) Material a serem confeccionadas as peças: Acrílico cristal, metal, MDF laqueado ou vidro, conforme modelo solicitado;
- g) Acabamento: Corte a laser, gravação a laser ou impressão UV, com suporte/base quando aplicável.
- h) Atendimento a tamanhos, tipo de resolução;
- i) Personalização: Nome do homenageado, brasão/logomarca da instituição, mensagem institucional, data.
- j) Material das camisas e coletes e modelos: Tecido algodão, poliéster ou PV (poliéster + viscose), gramatura, conforme finalidade;
- k) Tamanhos;
- l) Tipos de carimbos, tamanhos, base, texto solicitado, cor da tinta, recarregável com almofada embutida;
- m) Fidelidade à arte final enviada pela contratante;
- n) Os materiais deverão respeitar as normas de identidade visual da instituição;
- o) Todos os produtos deverão ser entregues dentro do prazo estipulado e em embalagem adequada, garantindo integridade durante o transporte.

**4.1.2. PERSONALIZAÇÃO** - Os materiais deverão ser entregues com logomarca da instituição, elementos de identidade visual, e, quando necessário, informações específicas de campanhas, editais ou unidades administrativas.

**4.1.3. APROVAÇÃO DE PROVA GRÁFICA / AMOSTRAS**

- a) A contratada deverá apresentar prova digital ou física (boneca) para aprovação antes da produção em escala;
- b) A impressão definitiva somente poderá ser iniciada após a aprovação formal da contratante.

**4.1.4. GARANTIA DE QUALIDADE E REIMPRESSÃO**

- a) A contratada deverá garantir a integridade e qualidade dos materiais entregues;
- b) Caso haja erro de impressão, defeitos de acabamento, danos no transporte ou divergência com a arte aprovada, a empresa deverá reimprimir e substituir os materiais sem ônus.
- c) Garantia mínima contra defeitos de fabricação de 90 dias, após a entrega definitiva.
- d) Reposição imediata de itens com defeito ou danificados no transporte.

**CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

**5.1.** O objeto da presente contratação deverá ser entregue na Coordenadoria de Patrimônio e Material, na Sede da ALEAC, no município de Rio Branco – AC, no endereço Rua Arlindo Porto Leal, nº 241, Bairro Centro, CEP 69.909-040, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Entrega dos materiais, podendo a ordem de entrega ser encaminhada, inclusive por e-mail.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- 5.2.** Os itens (01 A 58) que necessitam de impressão e acabamento dos exemplares, será feito sob o acompanhamento e supervisão de servidor da ALEAC, do setor corresponde da demanda, designado para aferição do conjunto de requisitos exigidos.
- 5.3.** Antes da impressão total dos exemplares, o fornecedor deverá disponibilizar à ALEAC 1 (uma) "boneca" (por título), o qual, deverá ser aprovado e liberado pelo servidor da ALEAC designado para esse fim.
- 5.4.** Em caso de não aprovação, a gráfica terá que realizar as correções solicitadas.
- 5.5.** Após aprovação e liberação do servidor responsável pela solicitação, a tiragem total solicitada será impressa.
- 5.6.** O prazo para entrega da "boneca" será de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento do arquivo digital e autorização de fornecimento.
- 5.7.** Concluído a fase de impressão e acabamento do produto, a contratada entregará à ALEAC, às suas expensas, o material definitivo, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da solicitação.
- 5.8.** Os serviços, que por ventura, forem mal executados, terão que ser corrigidos e todas as despesas correrão por conta e risco do fornecedor.
- 5.9.** A especificação do material que será utilizado poderá ser alterada, mediante consulta e autorização do servidor designado da ALEAC, desde que seja de qualidade superior ou similar e não altere o valor do item contratado.
- 5.10.** Deve-se observar o prazo para a execução da arte, nos aspectos de finalização, diagramação e editoração. Caso necessário, poderá haver negociação de ambas as partes propondo o mais adequado à ALEAC para produção do material solicitado.
- 5.11.** Os produtos entregues que não estiverem dentro das especificações deverão ser substituídos pela contratada, sem qualquer ônus à Contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, contados a partir da comunicação do fato, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital.
- 5.12.** Os itens 59, 60, 61 de produção de malharia (coletes de identificação, camisetas personalizadas e camisas tipo polo) deverão ser confeccionados sob demanda, de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.
- 5.13.** A personalização (cores, tamanhos, logomarcas, inscrições e demais elementos gráficos) deverá seguir rigorosamente o layout aprovado pela Administração, o qual será disponibilizado após a emissão da Ordem de Fornecimento.
- 5.14.** O prazo máximo para entrega dos itens de malharia personalizados será de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, acompanhada da aprovação final do layout pela Administração.
- 5.15.** A entrega deverá ocorrer no local indicado pela contratante, devidamente acondicionados e identificados, correndo por conta da contratada todos os custos com produção, embalagem, transporte e descarga.
- 5.16.** Os produtos serão submetidos à verificação quantitativa e qualitativa, quanto à:
- a) conformidade com o layout aprovado;
  - b) tamanhos solicitados;
  - c) qualidade do tecido;
  - d) fidelidade das cores;
  - e) acabamento e personalização.
- 5.17.** Os itens que apresentarem defeitos de fabricação, falhas na personalização, divergência de tamanho, cores em desacordo, ou qualquer não conformidade com as



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

especificações do Termo de Referência deverá ser substituídos integralmente, sem ônus para a Administração.

**5.18.** O prazo para substituição será de até 03 (três) dias corridos, contados a partir da notificação formal da contratada.

**5.19.** A substituição não ensejará prorrogação do prazo contratual, estando sujeita a aplicação de penalidades, caso não atendida no prazo estipulado.

**5.20.** A contratada será responsável pela qualidade dos materiais empregados e da personalização realizada, respondendo por vícios aparentes ou ocultos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, quando aplicável.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**6.1.** A contratação para fornecimento será feita de acordo com a necessidade definida pela ALEAC, conforme solicitação de ordem de entrega;

**6.2.** Nas solicitações deverão conter a indicação dos quantitativos necessários e da dotação orçamentária a fazer face às despesas;

**6.3.** Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

**6.4.** A empresa deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do material requisitado, não sendo permitido o parcelamento, sob pena das sanções legais cabíveis;

**6.5.** Os materiais deverão ser acondicionados adequadamente em embalagens lacradas.

**6.6.** Os materiais serão recebidos nas seguintes condições:

**a) Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação. Caso as especificações ou quantidades não estejam com as exigências mencionadas neste termo de referência, a contratada deverá substituir ou complementar, no prazo **máximo de 02 (dois) dias úteis**, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

**b) Definitivamente**, em até **05 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, mediante, “atesto” na nota fiscal/fatura, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

**6.7.** A empresa deverá realizar a troca dos materiais, sem ônus para a Contratante, que não cumprirem com as especificações e padrão de qualidade descritos neste termo de referência.

**6.8.** Ocorrendo falhas, a empresa Contratada deverá substituí-los sem ônus para a Contratante, **no prazo de 3 (três) dias corridos**, contados a partir da comunicação do fato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1.** As despesas decorrentes da contratação almejada serão suportadas pelo Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado do Acre:

**Programa de Trabalho:** 1031229022430000

**Elemento de Despesa** – 33.90.39.00.00 e/ou 33.90.30.00.00.

**Fonte de Recursos** – 15000100 – RP

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**8.1.** O pagamento do fornecimento do material de expediente e consumo será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa, a partir do recebimento do documento fiscal



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

administrativo, compreendido nesse período a fase de ateste deste, o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

**8.2.** A emissão da ordem bancária ficará condicionada ao recebimento definitivo do objeto, após a conferência, aceitação e atesto do documento fiscal, bem como à comprovação da manutenção das condições de habilitação da contratada.

**8.3.** Para esse fim, a Administração realizará consulta prévia e obrigatória ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF e aos cadastros restritivos aplicáveis, a fim de:

a) verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, inclusive quanto ao recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias;

b) confirmar a inexistência de impedimento para contratar com o Poder Público, abrangendo, quando aplicável, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e a Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da legislação vigente e da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**8.4.** O documento fiscal deverá ser emitido em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, inscrita no CNPJ nº 04.039.657/0001-13, com sede na Rua Arlindo Porto Leal, 241 – Centro, Rio Branco/AC.

**8.5.** A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento

**8.6.** Na hipótese de rejeição do documento fiscal por erro ou incorreções, este será devolvido à contratada para as devidas correções e reapresentação. O prazo para pagamento será suspenso a partir da data da devolução do documento fiscal e retomado a partir da data da sua reapresentação devidamente corrigida, sem que isso implique qualquer ônus adicional para a Contratante.

**8.7.** Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$$EM = N \times VP \times I / 365$$

onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

**8.8.** Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Rua Arlindo Porto Leal n. 241, Centro, CEP n. 69.909-040, Rio Branco - AC, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

**8.9.** Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**8.10.** A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

**8.11.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**8.12.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.13.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**8.14.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.15.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**8.16.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**8.17.** De conformidade com o Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, que normatizou o SIAFIC, estabelecendo que todos os Poderes devem utilizar o Sistema Único de Execução Orçamentaria, Administração Financeira e Controle, o licitante/contratado. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ/AC, que poderá ser feito por meio do endereço eletrônico: <http://sefaz.acre.gov.br>.

## **CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE ASSINATURA E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**9.1.** Após a homologação, o adjudicatário será convocado no prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação.

**9.2.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura, conforme estabelece o **capítulo V “duração dos contratos” da Lei nº 14.133/2021**.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** Deverá entregar o material na forma preceituada pelo termo de Referência, observadas as especificações técnicas, cumprindo inclusive a arte gráfica e condições comerciais especificadas neste anexo;

**10.2.** A empresa contratada ficará obrigada a trocar em até 3 (três) dias corridos os produtos que vier a ser recusado, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;

**10.3.** A Contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, mão-de-obra, necessário à boa e perfeita entrega dos produtos.

**10.4.** Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros;

**10.5.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus decorrente da execução do contrato, especialmente os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre a prestação dos serviços, isentando o CONTRATANTE de eventual não observância das prescrições legais pertinentes;

**10.6.** Manter entendimento com ALEAC objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a entrega dos produtos;

**10.7.** Entregar os materiais nas condições e prazos estabelecidos seguindo orientações da ALEAC;

**10.8.** Comprovar, a qualquer momento, o pagamento dos tributos que incidirem sobre o objeto contratado;

**10.9.** Responsabilizar-se pela procedência, qualidade e entrega dos produtos;

**10.10.** Zelar pela perfeita entrega dos produtos, sanando as eventuais falhas, imediatamente após sua verificação;

**10.11.** Atender as determinações da fiscalização da ALEAC e providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização quanto à entrega dos materiais;

**10.12.** Não transferir a outrem a totalidade do objeto do presente contrato, sendo proibida a subcontratação dos serviços que estão neste Termo;

**10.13.** Manter, durante a execução do contrato as condições de habilitação exigidas na licitação;

**10.14.** Refazer, sem custo para o CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, todo e qualquer procedimento, se verificada incorreção e constatado que o erro é da responsabilidade da CONTRATADA;

**10.15.** Comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente ou que impossibilite a execução do objeto deste instrumento;

**10.16.** Os produtos deverão ser entregues intactos, sem amassados, não danificados ou sem qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos;

**10.17.** Indicar o nome do preposto que responderá em nome da empresa durante a relação contratual;

**10.18.** Responder por quaisquer danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;

**10.19.** Responsabilizar-se pela exatidão do serviço, obrigando-se a reparar inteiramente, às suas expensas e nos prazos determinados, de comum acordo com a CONTRATANTE, todos os erros, vícios e falhas comprovadas nos trabalhos apresentados, mesmo após a execução final do serviço.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.1.** A Contratante deverá, a seu critério, e através de funcionário previamente designado, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do fornecimento do objeto contratado e do comportamento do pessoal da Contratada, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados, gestor e co-gestores do contrato;

**11.2.** Emitir Requisição para aquisição de materiais/serviços imediatamente, quando necessárias;

**11.3.** A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

**11.4.** Acompanhar a entrega dos produtos e avaliar a sua qualidade, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada, podendo rejeitá-los, mediante justificativa;

**11.5.** Fornecer as instruções necessárias à execução, entrega dos produtos e cumprir com os pagamentos nas condições dos preços pactuados;

**11.6.** Proceder a mais ampla fiscalização sobre o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade da contratada;

**11.7.** Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;

**11.8.** Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa;

**11.9.** Indicar os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**13.1.** A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**14.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual n. 11.363/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**14.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**14.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**14.4.** O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**14.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO GESTOR DO CONTRATO**

**15.1.** São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Decreto Estadual n. 11.363/2023:

- I - Solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário;
- II - Emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;
- III - Indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;
- IV - Dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;
- V - Quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;
- VI - Acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato;
- VII - Analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;
- VIII - Observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro;
- IX - Decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública;
- X - Quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;
- XI - Analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;
- XII - Tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;
- XIII - Exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;
- XIV - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- XV - Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

XVI - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

XVII - Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública;

XVIII - Receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FISCAL DO CONTRATO**

**16.1.** São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Decreto Estadual n. 11.363./2023:

II- Prestar apoio técnico e operacional ao gestor de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências, esclarecendo prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

II - Juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

IV - Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

V - Informar ao gestor de contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

VI - Comunicar imediatamente ao gestor de contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas previstas;

VII - Adotar as medidas preventivas de controle do contrato, inclusive se manifestar a respeito da suspensão da entrega de bens, realização de serviços ou execução de obras;

VIII - Realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

IX - Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;

X - Determinar, por todos os meios adequados, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

XI - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

XII - Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

XIII - Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

XIV - Emitir manifestação técnica nos pedidos de alterações contratuais;

XV - Verificar a correta aplicação dos materiais;

XVI - Requerer das contratadas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

XVII - Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

XVIII - Propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**17.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei 14.133/2021.

**17.2.** A Contratada é obrigada, a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125, caput, da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**18.1.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data-base vinculada à data do orçamento;

**18.2.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**18.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**18.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**18.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**18.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**18.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**18.8.** O reajuste será realizado por Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**19.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- I** - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II** - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III** - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV** - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V** - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI** - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

**19.2.** O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I** - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
- II** - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III** - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV** - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V** - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

**19.3.** As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 19.2 deste Instrumento observarão as seguintes disposições:

- I** - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- II** - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

**19.4.** Os emitentes das garantias previstas no art. 96 desta Lei deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**19.5.** A extinção do contrato poderá ser:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**III** - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**19.6.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**19.7.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

**I** - devolução da garantia;

**II** - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

**III** - pagamento do custo da desmobilização.

**19.8.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

**I** - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

**II** - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

**III** - execução da garantia contratual para:

**a)** ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

**b)** pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

**c)** pagamento das multas devidas à Administração Pública;

**d)** exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

**IV** - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**19.9.** A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item acima ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

**19.10.** Na hipótese do inciso II do item 29.8, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da Mesa Diretora da ALEAC.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**20.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

**a)** der causa à inexecução parcial do contrato;

**b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**c)** der causa à inexecução total do contrato;

**d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

**i)** fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**20.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV) Multa:

- a) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

**20.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

**20.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**20.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021)

**20.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**20.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**20.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**20.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**20.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

**20.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**20.12.** Caso haja sanções administrativas específicas relativas ao objeto pretendido, o setor demandante deverá descrevê-las nos itens abaixo, em observância ao art. 94, inciso XXVI, do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

**21.1.** A execução do Contrato, bem como os casos omissos serão regulados pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições do Direito Privado, na forma do artigo 89, da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO**

**22.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, e em cumprimento da Resolução TCE/AC n. 129/2024 – LICON, contados da data de sua assinatura.

- 20 (vinte) dias úteis.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO**

**23.1.** O Foro para solucionar os litígios decorrentes do presente Contrato é o da Comarca de Rio Branco - Estado do Acre, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**23.2.** E por estarem de acordo com as disposições contidas no presente contrato, assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, representando a Assembleia Legislativa, os Membros da Mesa Diretora, e o fornecedor registrado, seu Representante Legal.

Rio Branco, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**PELA CONTRANTE:**

Deputado .....

**Presidente**

Deputado .....

**1º Secretário**

Deputado .....

**2º Secretário**

**Pelo Fornecedor:**

.....

CNPJ/MF/MF nº.

**Testemunhas:**



Assembleia Legislativa do Estado do Acre  
Rua Arlindo Porto Leal, n. 241 Centro - CEP  
69909-040 - fone (68) 3213 4000  
e-mail: [cplaleac@hotmail.com](mailto:cplaleac@hotmail.com)



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

1. ....  
RG n .....  
CPF/MF n.....

2. ....  
RG n .....  
CPF/MF n.....



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º 08/2025.**

NOME COMPLETO DO LICITANTE: \_\_\_\_\_  
CNPJ/MF: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
EMAIL: \_\_\_\_\_  
TELEFONE: \_\_\_\_\_

**DE CONFORMIDADE COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

**OBSERVAÇÃO:**

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – CATMAT e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de mínimo 90 (noventa) dias a contar da data da licitação.
4. Prazo de execução, conforme especificações do Anexo I.
5. Declaração que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
6. Declaração que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Rio Branco - AC, ... de ... de 2026.

(assinatura)(carimbo)  
(nome do responsável)(cargo)



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO V  
MODELO DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2025.**

(Nome da empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada(endereço completo) \_\_\_\_\_, neste ato representada por (Identificação completa do representante do licitante), devidamente constituído, doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

**I.** A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

**II.** A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

**III.** Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

**IV.** Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

**V.** Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

**VI.** Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Rio Branco - AC, ... de ... de 2026.

OBS.: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado do licitante.  
(CARIMBO/CNPJ/MF E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO VI  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO**

Declaro para os devido fins, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita sob CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, por meio do seu representante legal o Sr(a).: \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_, para os fins de cumprimento ao disposto no item 4 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO, que em seu quadro de funcionários não há empregados e/ ou sócios que se enquadram nas vedações previstas nas referidas condições para participação.

Rio Branco – Ac, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
CPF:**



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE  
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO VII  
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 08/2025.**

....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., com sede à  
....., por intermédio de seu representante legal infra-assinado, declara,  
para fins de participação no Pregão Eletrônico SRP n. 08/2025, que:

1. Possui profissionais habilitados e em número suficiente para a execução integral dos serviços objeto do certame.
2. Dispõe dos equipamentos necessários à execução do contrato, em condições adequadas de uso, conservação e segurança, atendendo às exigências do edital, quais sejam:
3. Compromete-se a manter a disponibilidade dos profissionais durante toda a vigência contratual, responsabilizando-se por substituições, em caso de necessidade, sem prejuízo da execução dos serviços.
4. Declara, ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração sujeitará a empresa às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

Por ser verdade, firmo a presente.

Rio Branco – Ac, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL  
CPF:**